

**14<sup>o</sup> CON  
CUT 40 ANOS**

**LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA  
QUE TRANSFORMAM *Vidas!***

**TEXTO BASE**  
**DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT**

# ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	<b>6</b>
<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>I. Conjuntura Internacional</b>	<b>9</b>
<b>II. Conjuntura Nacional</b>	<b>13</b>
<b>III. A Estratégia da CUT</b>	<b>16</b>
Eixo 1. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical.	
A ofensiva do capital contra o trabalho.	
Precarização do trabalho e perda de representatividade dos sindicatos.	
Valorizar a negociação coletiva e fortalecer a organização sindical: elementos estruturantes do projeto:	
■	Democracia;
■	Processos abrangentes de negociação coletiva;
■	Maior densidade sindical como base da negociação coletiva;
■	Autonomia e autorregulação;
■	Direito de negociação no serviço público;
■	Sustentabilidade Financeira;
■	Processo de transição;
Para além da reforma sindical.	
Regulação do trabalho por aplicativo.	
Organização no local de trabalho e nas plataformas.	
Ação sindical no território.	
Atuação nas redes sociais.	

## Eixo 2. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania

### A defesa da democracia.

Emprego, renda e proteção social.

Combater os retrocessos na regulação do trabalho.

Unidade de ação e mobilização popular para democratizar as políticas públicas.

Comitês e Brigadas Digitais na disputa de narrativa.

Políticas públicas para a construção da igualdade.

Combater o trabalho escravo e intensificar as lutas antirracistas.

A segurança e saúde do trabalhador e trabalhadora.

A educação e a reforma do ensino médio.

Políticas para a juventude.

Ampliar os direitos humanos.

PCDs na estratégia organizativa da CUT.

A organização dos(as) trabalhadores LGBTQUIA+

## Eixo 3. Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade

Desenvolvimento sustentável e inclusão.

Reforma tributária.

Indústria fortalecida.

Amazônia.

Agricultura familiar e reforma agrária.

Combate às privatizações e defesa das estatais.

Plano de Lutas

Diretrizes Eixo 1

Diretrizes Eixo 2

Diretrizes eixo 3

Contribuições das correntes políticas ao 14º CONCUR.

## **IV. Plano de lutas**

40

### **Contribuições das correntes políticas ao 14º concut**

41



TEXTO BASE da Direção Executiva Nacional

**14<sup>º</sup> CON**  
**CUT40** ANOS  
LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA  
QUE TRANSFORMAM *Vidas!*

**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

# APRESENTAÇÃO

A vitória do projeto democrático-popular e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do país em outubro do ano passado, representaram uma inflexão na nossa história. Foram derrotados a coligação de forças da extrema direita e o projeto político autoritário implementado nos últimos quatro anos, de retrocesso civilizatório e contínuos ataques à democracia, de disseminação do ódio e da violência contra a esquerda, de ofensiva contra os sindicatos e retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A militância da CUT teve participação expressiva nessa vitória. Ao realizar o 14º CONCURT, no ano em que a CUT celebra quarenta anos de lutas e conquistas, reafirmamos o compromisso de continuar lutando na defesa intransigente dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Para dar conta desse desafio, a ação estratégica da CUT para o próximo período está centrada em três eixos: o fortalecimento da organização sindical; a defesa da democracia; e a promoção do desenvolvimento sustentável. É fundamental que o debate que começa nas assembleias de base, passa pelos ramos e pelos congressos estaduais, aprofunde o debate dessas questões.

O processo congressual e o debate interno fortalecerão nossa Central nos embates que temos pela frente para garantir à classe trabalhadora vez e voz na construção de uma sociedade mais justa, que supere as desigualdades sociais, gere empregos de qualidade e amplie os direitos.

Boa leitura e ótimo debate!

**Sérgio Nobre – Presidente Nacional da CUT**



# INTRODUÇÃO

O Texto Base para o 14º CONCURTO é a referência para os debates que serão realizados para eleição de delegadas e delegados diretamente dos sindicatos, nas reuniões dos Ramos e nos Congressos Estaduais. Um texto enxuto, elaborado em conjunto com as correntes políticas que compõem a Central, e aprovado pela direção, desvela de forma madura e consistente o olhar cutista para a realidade mundial e nacional, e aponta os rumos para que a CUT continue seu caminho de ousadia e protagonismo na defesa da classe trabalhadora.

O capítulo destinado à Conjuntura efetua uma reflexão das principais variáveis que compõem o quadro internacional e nacional e aponta caminhos para a definição da estratégia.

Já o capítulo da Estratégia, está organizado de maneira a dialogar com essa leitura conjuntural. Seguindo o rumo da estratégia definida desde o 13º CONCURTO e atualizada na 16ª Plenária Nacional, pela sua contemporaneidade e assertividade, com nova contextualização, os eixos prioritários de atuação da CUT para o próximo período são os seguintes:

**Eixo 1. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical**

**Eixo 2. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania**

**Eixo 3. Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade**

No Plano de Lutas, são apontadas diretrizes por eixo, que compreendemos serem norteadoras para o posterior detalhamento das ações.

Por ser um texto enxuto, de elaboração coletiva, tem a intenção de ser guia para os debates e a produção de novas formulações, por meio de emendas, somente para o capítulo da Estratégia, a serem apreciadas na etapa nacional, e aprovadas proposições que nos levem a um maior engajamento, mobilização e enfrentamento a ser realizado no próximo período visando avançar na reconstrução e transformação do Brasil, na diminuição das desigualdades e na conquista de maior equidade e direitos.

# COORDENAÇÃO NACIONAL DO 14º CONCURTO

**Aparecido Donizeti da Silva**

Secretário Geral e Coordenador Geral 14º CONCURTO

**Antônio Lisboa**

Secretário Relações Internacionais

**Ariovaldo Camargo**

Secretário Administração e Finanças

**Fátima Veloso**

Secretária Saúde do Trabalhador Adjunta

**Graça Costa**

Secretária de Organização

**Jandyra Uehara**

Secretária Políticas Sociais e Direitos Humanos

**Janeslei Albuquerque**

Secretária Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

**João Batista**

Diretor Executivo

**Juvândia Moreira**

Vice Presidenta

**Maria Faria**

Secretária de Administração e Finanças Adjunta

**Milton dos Santos Rezende**

Diretor Executivo

**Rosane Bertotti**

Secretária de Formação

# CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. O ano de 2023 começou sob o signo de uma guerra no coração da Europa, que já dura mais de um ano, desde a invasão da Ucrânia por tropas russas em 22 de fevereiro de 2022. Conflito que acontece em um cenário caracterizado pela crise estrutural do sistema capitalista, a erosão das democracias e a ascensão de movimentos e líderes autoritários de extrema-direita, a emergência climática, assim como outras guerras espalhadas pelo planeta e os consequentes fluxos migratórios e de refugiados.

2. Na economia, esse quadro é marcado pela financeirização do capital; o avanço da automação, da inteligência artificial e do trabalho mediado por plataformas digitais e aplicativos; o sucateamento e a restrição do acesso a serviços públicos e bens universais; além do desemprego estrutural, a desregulamentação e a flexibilização de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais; o achatamento dos salários e a deterioração das condições de vida; o agravamento da pobreza, da fome e da miséria, assim como da desigualdade econômica e social.

3. A crise climática, por sua vez, se agrava ainda mais. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) alerta que o ritmo atual das ações globais para estabilizar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera é insuficiente. O documento enfatiza que a humanidade está em uma posição crítica, e a janela para limitar o aquecimento global a 1,5°C até o final do século – e evitar, dessa forma, o colapso climático do planeta – está rapidamente se estreitando. Para alcançar essa meta, as emissões globais precisam ser reduzidas pela metade até 2030 e em 99% até 2050 – sendo que o próprio relatório destaca que os atuais níveis de financiamento para ações climáticas são inadequados e insuficientes. E, como o movimento sindical tem alertado, o adiamento dessas ações impactará de forma ainda mais grave populações vulneráveis e trabalhadoras e trabalhadores do Sul Global.

4. Ainda nesse cenário, as tensões e a polarização crescente entre Estados Unidos e China, que já vinham escalando desde a ascensão econômica da China e a potencial ameaça à hegemonia econômica estadunidense, ganham cada vez mais relevância e se consolidam como um dos elementos mais estruturantes da geopolítica internacional – uma disputa por influência mundial que não se limita mais ao comércio e agora abrange áreas como política, economia, tecnologia e defesa.

5. Em termos comerciais, a China, hoje, é a maior potência do planeta. Suas exportações representam 14% do mercado internacional e somaram, em 2022, mais de US\$ 3,5 trilhões. Os Estados Unidos, segundo colocado no ranking, exportou US\$ 1,5 trilhão a menos que os chineses. Desde Trump, os Estados Unidos tentaram reagir a esse panorama dando início a uma guerra comercial entre os dois países por meio da imposição de sobretaxas sobre diversos bens de origem chinesa, sobretudo na área de tecnologia e de semicondutores – iniciativa que levou Pequim a também sobretaxar produtos estadunidenses.

6. Era uma questão de tempo para que essas disputas comerciais se desdobrassem no terreno militar – especialmente na Ásia-Pacífico, região estratégica e vital para os planos econômicos e militares da China. Ainda em 2021, Estados Unidos, Austrália e Reino Unido anunciaram o chamado acordo Aukus – que tem como objetivo armar a Austrália com submarinos de propulsão nuclear. O governo Biden também firmou novos acordos com Japão, Filipinas e com os países do chamado Quad, grupo que inclui os próprios Estados Unidos, além do Japão, a Austrália e a Índia. O Japão, por sua vez, anunciou um plano

militar de US\$ 320 bilhões – o maior reforço em seu orçamento militar desde a Segunda Guerra Mundial. Todo esse cenário se soma ao já conhecido estresse na península coreana e as crescentes tensões relacionadas à questão de “uma só China” e Taiwan.

7. No Oriente Médio, outra região fundamental no tabuleiro da geopolítica internacional, a China obteve uma significativa vitória ao mediar o acordo entre a Arábia Saudita e o Irã para restabelecer seus laços diplomáticos após sete anos de relações rompidas – rivalidade que tem moldado, em grande parte, a política e o comércio no Oriente Médio. E tudo isso ocorre em um momento que, em Israel, Netanyahu caminha ainda mais para a extrema-direita, enfrenta uma série de protestos populares e perde apoio, inclusive, do governo Biden.

8. Na medida que as relações Estados Unidos e Rússia vinham de um longo processo de deterioração e que China e Rússia anunciaram em meados de 2022 uma “parceria sem limites”, a Guerra da Ucrânia tem sérias implicações no cenário tratado até aqui. Como em todos os grandes conflitos armados, a Guerra na Ucrânia atinge de maneira ainda mais perversa as trabalhadoras e os trabalhadores dos países envolvidos – assim como também se intensificam a violência e os abusos contra mulheres e minorias étnico-raciais.

9. As causas da guerra são complexas: a expansão da Otan no Leste Europeu e a menção da Organização em adicionar Ucrânia e Geórgia como países membros; a aproximação da Ucrânia com o Ocidente e a possibilidade de o país integrar a União Europeia; a anexação da Crimeia em 2014 e os massacres sofridos pelas populações de maioria russa nas províncias de Donetsk e Luhansk – regiões reconhecidas como independentes por Moscou.

10. Compreender a complexidade desse cenário exige, portanto, condenar o uso da força militar pela Rússia e a violação da soberania territorial da Ucrânia, além de igualmente condenar a responsabilidade do Ocidente, por meio da OTAN, nesse episódio e lembrar suas inúmeras guerras ilegais e conflitos patrocinados ao redor do mundo.

11. Atualmente, em um impasse militar, nem a Rússia, nem a Ucrânia parecem ter condições de alcançar uma vitória decisiva na guerra em andamento. No entanto, ambos os lados não parecem dispostos a uma efetiva negociação de paz – que envolveria concessões mútuas – e apostam em uma, até aqui, improvável vitória militar definitiva.

12. Desde o primeiro momento, a CUT, por considerar que essa guerra não é um conflito dos povos russo e ucraniano e tampouco interessa aos trabalhadores(as) de todo mundo, tomou a posição de “Não à Guerra”. Essa é uma guerra por disputa de mercados – petróleo, gás, matérias primas – e que envolve, de um lado, os interesses de uma oligarquia capitalista instalada na Rússia, e de outro os interesses estratégicos dos EUA que, via OTAN, arrasta os governos europeus para o conflito – cenário que acaba por prolongar a guerra e impedir o início das negociações de paz.

13. O presidente Lula tem manifestado a posição brasileira contra a guerra e tem desenvolvido esforços diplomáticos para o fim das hostilidades. A CUT apoia todos os esforços do governo brasileiro para pôr um fim à essa guerra, bem como incide nos foros internacionais em que participa (CSI, OIT etc.), no mesmo sentido. Mais do que nunca um cessar fogo imediato e a negociação de um processo de paz duradouro e efetivo é urgente e indispensável.

14. Todas essas tensões entre as grandes potências e a guerra na Europa ampliaram o risco de escaladas imprevisíveis, colocando em perigo a estabilidade política e econômica mundial e exacerbando os efeitos negativos da ainda inconclusa crise econômica de 2008 e da pandemia de COVID-19 sobre a economia global, as cadeias globais de produção, os sistemas de saúde, o abastecimento de energia e a segurança alimentar. Além disso, uma nova corrida armamentista fez com que os orçamentos militares explodissem, pressionando as finanças estatais e os serviços públicos em diversos países. Dessa forma, na maior parte do mundo, a classe trabalhadora sofre com os impactos dessa precarização dos serviços públicos e com a inflação e o aumento do custo de vida.

15. Essa deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, no entanto, não é nova. Desde 2008, na medida em que a situação econômica ia se agravando, uma importante mudança na relação esquerda-direita foi se constituindo. A brutal desigualdade econômica e social e o consequente empobrecimento da classe trabalhadora parecem ser o cenário ideal para que o discurso de ódio e de ressentimento da extrema-direita sejam vendidos como solução para o desalento e a insegurança que amplos setores sociais estão vivenciando.

16. É dessa forma que a extrema-direita tem hegemonizado todo o campo da antiga “direita tradicional” – em um processo que vem desde o Brexit, passa pelas eleições de Trump e Bolsonaro, mas que desde então se espalha por todas as regiões do mundo. Extrema-direita que também se beneficiou da falta de regulamentação das redes sociais e do seu modelo de negócios baseado na monetização de conteúdos extremistas e na propagação de desinformação, Fake News e discursos de ódio. Enquanto a esquerda e as forças políticas comprometidas com a democracia atuam nas redes sociais no campo das ideias e dos argumentos, a extrema direita mobiliza afetos e instiga medo, ódio e preconceitos – sentimentos que mobilizam mais engajamento, ampliando os lucros das big techs, mas que corroem a democracia e reforçam a ascensão do fascismo.

17. Nesse contexto, e mesmo diante dos ataques sofridos, os sindicatos e os movimentos sociais e populares reagem com mais força – como no continente europeu, onde os gastos militares em alta desviam recursos dos serviços públicos e dos salários. Na França, os trabalhadores(as) lutam há meses contra a Reforma da Previdência de Emmanuel Macron. A Alemanha, viveu uma greve geral de trabalhadores(as) dos transportes – aéreo, terrestre e ferroviário – por aumento de salários frente à alta da inflação. Já no Reino Unido, acompanhamos a maior greve da história de seu sistema de saúde, o NHS. Nos últimos meses, greves e mobilizações massivas também aconteceram na Espanha, Grécia, Itália entre outros países.

18. Tudo isso não ocorre por acaso. Segundo um recente relatório do PNUD, em apenas três meses do ano passado, a crise global do custo de vida levou 71 milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento à pobreza – um choque drasticamente mais rápido do que o da pandemia de COVID-19. Já em um documento da Unctad, a ONU estima que o mundo vive o maior aumento no custo de vida em um século. Segundo a OIT, em seu último “Relatório Mundial sobre Salários 2022-2023”, os salários mensais diminuíram 0,9% em termos reais no primeiro semestre de 2022; a primeira vez neste século que o crescimento do salário real global foi negativo.

19. Essa é uma crise global e na América Latina e Caribe ela é ainda mais aguda. Segundo um informe conjunto da CEPAL, FAO e PMA “o número de pessoas que sofrem de fome na região aumentou em 13,2 milhões, para 56,5 milhões”. Já o relatório anual da OIT para a região aponta que o índice de desemprego

deve permanecer em torno de 7%. Empregos informais, de baixa qualidade e renda insuficiente ainda são predominantes na região, o que impacta negativamente os trabalhadores/as e suas famílias. Além disso, a inflação regional tem afetado a renda real dos trabalhadores/as, causando uma perda no poder de compra dos salários médios e mínimos.

20. Ainda sobre a América Latina devemos acompanhar com atenção a segunda onda de governos progressistas na região. Em primeiro lugar, comparativamente com a primeira onda, a esquerda não está mais polarizando com a direita, mas com a extrema-direita e seu projeto fascista. Em segundo lugar, se a primeira onda se baseou em uma economia primário-exportadora, precisamos considerar uma transição justa para alternativas mais sustentáveis para o próximo ciclo. Além disso, é fundamental – apesar das profundas diferenças entre os diferentes modelos de governos, forças políticas progressistas e os próprios países da região – reforçar e reconstruir mecanismos e instituições de integração regional, tanto entre as forças progressistas, quanto iniciativas entre os Estados.

21. Nesse sentido, o governo Lula, depois do desastre bolsonarista – que transformou o país em pária internacional – vem resgatando processos de integração política, comercial e de infraestrutura com os países vizinhos. O nosso país retornou para a UNASUL e para a CELAC e tem investido no fortalecimento do MERCOSUL enquanto união aduaneira.

22. O Brasil também retomou o Fundo Amazônia e tem articulado – junto com a Colômbia de Gustavo Petro – iniciativas de integração regional Pan-Amazônia, tais como a proposta de rearticulação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a própria candidatura da cidade de Belém, no estado do Pará, para sediar a COP 30.

23. Lula também já esteve na Argentina, visitou Biden na Casa Branca, à China de Xi Jinping e os Emirados Árabes – totalizando R\$ 62 bilhões apenas em investimentos chineses e emiradenses. Na China, em que a CUT, junto com outras centrais sindicais, integrou a delegação brasileira. Os entendimentos envolvem o desenvolvimento de tecnologias, intercâmbio de conteúdos de comunicação e ampliação das relações comerciais e estratégicas entre os dois países. Além disso, o Brasil foi convidado para a próxima reunião do G7, que acontecerá em maio, no Japão.

24. A CUT apoia os esforços do governo Lula para resgatar a imagem do país no exterior, fortalecer os organismos multilaterais, enfrentar as mudanças climáticas e investir não só na integração da América Latina, mas também nas nossas relações com o Sul Global, sobretudo com a África, e com os Brics – cujos países representam mais de 40% da população mundial e 1/4 do PIB global e que desde abril desse ano tem, na presidência do seu Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a ex-presidenta Dilma Rousseff. Uma política externa ativa e altiva que se relacione com os países ricos de igual para igual, respeitando nossa soberania e interesses nacionais.

25. Diante desse cenário e seus inúmeros desafios, defendemos um sindicalismo internacional comprometido com as lutas contra todas as formas, novas e antigas, de exploração de capital, mas também com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero. Um mundo de paz, com respeito à soberania e a autodeterminação dos povos e livre do preconceito, da xenofobia e da mercantilização das pessoas, da natureza e de todas as esferas sociais.

## CONJUNTURA NACIONAL

26. Eleito por uma coligação de forças da direita e da extrema direita e com apoio do grosso do empresariado, em processo eleitoral manipulado, em que Lula foi impedido de competir pela ação ilegal da Lava-jato, o governo Bolsonaro deixou um lastro de destruição jamais visto na história brasileira. Foram quatro anos de desmonte, pilhagem do Estado e destruição das políticas públicas, de ataques às instituições democráticas e tentativas de golpe, de corrupção e desmando, de armamento descontrolado da população civil e aliança com milícias, de cooptação de militares e politização das forças armadas, disseminação do ódio e Fake News contra adversários nas redes sociais e do avanço de valores conservadores, em grande parte propagados pelas igrejas neopentecostais.

27. Foi um período de baixo crescimento econômico em que a imposição do teto dos gastos restringiu os investimentos públicos e de volta ao mapa da fome, de aumento das desigualdades e da concentração de renda. Ao contrário da prometida “ponte para o futuro e da modernização das relações de trabalho”, a antirreforma trabalhista de Temer e sua ampliação por medidas de Bolsonaro produziram o aumento de situações de trabalho análogas ao trabalho escravo, o aumento do desemprego e do trabalho informal e a intensificação do trabalho precário. Esses ataques aos direitos trabalhistas foram acompanhados de ataques à organização sindical e à negociação coletiva, colocando o movimento sindical na defensiva e a CUT numa luta de resistência em prol dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Já no início do governo Bolsonaro a contrarreforma da Previdência acentuou os ataques aos direitos sociais de nossa classe.

28. Apesar das pressões e da situação adversa, o movimento sindical cutista apresentou propostas emergenciais de proteção ao emprego e de normas de proteção do trabalho durante a pandemia, defendeu a vacinação em massa, com seus sindicatos filiados. Os trabalhadores e trabalhadoras da rede pública e privada da saúde tiveram papel decisivo no atendimento às vítimas do Covid, ação em que muitos perderam a própria vida. Neste momento, conseguimos demonstrar para toda sociedade a enorme importância do SUS, que por tantas vezes foi brutalmente questionada. O movimento sindical buscou lutar por melhores salários e condições de trabalho, mantendo acesa a luta contra a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, em defesa da saúde e segurança dos trabalhadores(as) no local de trabalho, pela valorização do serviço público e fortalecimento da agricultura familiar, contra a violência doméstica e o feminicídio, em defesa dos direitos humanos.

29. Ao longo da luta contra o governo Bolsonaro, a CUT estreitou as relações com os movimentos populares, fortaleceu a ação da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, e teve atuação expressiva no Fórum das Centrais Sindicais. A militância cutista teve participação fundamental na Vigília Lula Livre, um marco de resistência nacional, e na última campanha eleitoral, através dos Comitês de Luta e das Brigadas Digitais, para garantir a vitória eleitoral do candidato do PT, Lula, enfrentando as manobras, manipulações e crimes eleitorais cometidos por Bolsonaro e por empresários bolsonaristas para tentar garantir sua reeleição. A militância cutista teve atuação semelhante em relação à eleição de alguns governadores e de representantes da classe trabalhadora para o Congresso Nacional.

30. A vitória do PT nas eleições presidenciais foi um momento de inflexão na história do país. Significou a derrota da coligação de forças de extrema direita e de direita que deu sustentação ao governo autoritário de Bolsonaro e ao projeto neoliberal implementado depois do golpe de 2016. Avaliada no plano internacional como importante derrota da extrema direita global, foi o resultado do acúmulo de forças ao

longo de anos de resistência e do arco de alianças políticas construído pelo PT, sob a liderança do presidente Lula. Abriu a perspectiva um novo ciclo histórico sustentado por outro projeto de desenvolvimento e outro marco civilizatório, com o objetivo de resgatar a nação do retrocesso político e social em que foi mergulhada e de romper o isolamento em que o país foi colocado no cenário internacional.

31. A vitória não teria sido possível sem o engajamento da classe trabalhadora, a quem Lula sinalizou durante a campanha eleitoral que teria “vez e voz” no seu governo, da mesma forma em que reafirmou a centralidade do trabalho como elemento estruturante do projeto de desenvolvimento a ser implementado nos próximos quatro anos. Nesse processo de reconstrução abre-se uma janela de oportunidade para o movimento sindical se fortalecer, buscando alternativas de ação e de organização visando superar as fragilidades decorrentes da antirreforma trabalhista do governo golpista de Temer, da antirreforma da previdência, da reforma do ensino médio e das inúmeras medidas tomadas no governo Bolsonaro para retirar direitos da classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Caberá ao movimento sindical cutista durante o 14º CONCURTO fazer a leitura correta desse cenário e resgatar da sua trajetória de 40 anos de lutas, os elementos necessários para traçar sua intervenção estratégica no atual contexto da sociedade brasileira, fazendo a defesa incondicional dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

32. Nossa central não hesitará em apresentar propostas ao governo que resgatem os direitos e conquistas que foram retirados da classe trabalhadora no último período, da mesma forma que não hesitará em defender as reivindicações sociais e trabalhistas através de mobilização e pressão sobre o governo no sentido de vê-las atendidas. A independência da CUT é ainda mais necessária diante do fato de que o atual governo Lula é de ampla coalizão, para além inclusive da aliança eleitoral com a qual foi eleito, abrigando assim interesses contraditórios no seu seio, nos distintos ministérios, o que faz absolutamente necessária a voz independente da classe trabalhadora que a CUT deve representar. A CUT apoiará todo passo concreto dado pelo governo Lula em direção ao projeto democrático-popular defendido na campanha eleitoral.

33. Para a CUT, a ação emergencial feita pelo governo frente a crise humanitária do povo Yanomami, as medidas contundentes para o enfrentamento do garimpo ilegal que a promoveu e a proteção de territórios indígenas, assim como a retomada de compromissos no enfrentamento da crise climática são sinalizações de um governo comprometido com o meio ambiente e com a defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais, relegados ao descaso pelo governo anterior.

34. A retomada de programas como o novo Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Mais Médicos vai no mesmo sentido positivo, bem como as medidas para combater a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a discriminação racial. O presidente Lula assumiu, junto com o Ministro do Trabalho, o compromisso de atender as demandas apresentadas pelas Centrais Sindicais, instituindo três mesas de negociação para definir políticas de valorização do salário-mínimo, de regulação do trabalho por aplicativo e de valorização da negociação coletiva/fortalecimento da organização sindical. Comprometeu-se ainda com a criação de uma mesa de negociação tripartite e permanente para fazer a revisão da reforma trabalhista. A aprovação dos projetos apresentados nesses espaços será um passo significativo em relação ao atendimento das demandas da classe trabalhadora, um marco na comemoração dos quarenta anos da CUT.

35. Apesar da derrota eleitoral, as forças de extrema direita continuam organizadas. Não reconheceram a derrota nas urnas, colocaram obstáculos ao processo de transição, tentaram provocar a tensão so-

cial antes da posse do presidente Lula, organizaram o assalto e destruição da sede dos três poderes no dia 8 de janeiro. Este foi o primeiro grande teste do governo Lula. Apesar da ação golpista ter sido debelada pela ação articulada do executivo e do judiciário, amparada pelo Congresso, pelo conjunto dos governadores e por setores expressivos da sociedade civil, ficou patente a cumplicidade de membros do comando das Forças Armadas e da PM com a ação golpista. O clamor das multidões nas manifestações de rua em apoio ao governo eleito foi claro: “Sem anistia!” No entanto, a “desbolsonarização” das forças armadas e de órgãos do governo, como o GSI, ainda é um processo inacabado.

36. O bolsonarismo continua a ter o apoio de cerca de 25% do eleitorado brasileiro. As forças políticas de direita amealharam vitórias em estados importantes da federação, além de terem ampliado a representação no Congresso. Para construir a governabilidade, o presidente Lula fez concessões a partidos de direita, cedendo-lhes ministérios e cargos no governo, em autarquias e empresas estatais. Um “novo Centrão” surge desse processo, dividido, fisiológico como sempre, especializado na política do “toma lá, dá cá”. Partidos de direita envolvidos nesse arranjo e de olho nas próximas disputas eleitorais, ao mesmo tempo em que oferecem apoio ao governo, buscam uma liderança nacional que agregue o voto conservador e atraia setores do bolsonarismo.

37. Em síntese, a CUT enfrenta o enorme desafio de continuar lutando pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, pelo fortalecimento da organização e da ação sindical num contexto histórico que favorece a mobilização da classe trabalhadora e de setores populares em torno de suas legítimas e inadiáveis reivindicações num cenário de incentivo à participação popular nos espaços em que se opera o fortalecimento da democracia, a ampliação das fronteiras da cidadania, a reconstrução das políticas públicas.

38. No entanto, a atual política monetária, definida pelo Banco Central com base na autonomia que lhe foi conferida pelo Congresso e sobre a qual o governo não tem controle, estabelece uma meta inexequível de inflação e mantém uma taxa exorbitante de juros que atende aos interesses dos setores rentistas da sociedade, asfixia a economia e limita as possibilidades de reconstrução do próprio país e de melhoria das condições de vida da população. O teto dos gastos aprovado no governo Temer e o rombo fiscal deixado pelo governo anterior limitam a retomada do crescimento no curto prazo, restringindo o investimento. O arco de alianças entre esquerda e centro para assegurar a vitória política, e que agora se alarga incluindo forças de direita para garantir a governabilidade, deverá dificultar avanços substantivos no marco regulatório das relações de trabalho, questão decisiva para o futuro do movimento sindical. Cenário que exige, portanto, a ação independente da CUT para promover os interesses da classe trabalhadora em aliança com os setores populares explorados e oprimidos que constituem a imensa maioria da nação brasileira.

# A ESTRATÉGIA DA CUT

39. No próximo período, articulada com a nossa avaliação da atual conjuntura internacional, a CUT continuará atuando ativamente em diversos espaços de organização e cooperação do movimento sindical internacional como a CSI (Confederação Sindical Internacional) e a CSA (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), diversas Federações Globais, a Internacional Progressista e o Washington Brazil Office, o Fórum Social Mundial, a “Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo” e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). Além dos grupos de trabalhadores(as) dos países membros do G20, da OCDE e dos BRICS e na Comissão Sociolaboral do Mercosul – onde acompanhamos, dentre outros temas, as implicações do acordo Mercosul/União Europeia – espaços em que sempre defendemos os interesses e as reivindicações da classe trabalhadora brasileira. Ainda em relação à integração regional, a CUT vai participar da reestruturação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e dos espaços de participação popular na UNASUL e na CELAC.

40. A CUT trabalha para que a CSI represente uma grande articuladora das lutas internacionais contra a exploração capitalista, o neoliberalismo, a extrema-direita e por um novo modelo de sociedade. O movimento sindical internacional não pode ser usado como instrumento de governos ou de disputas geopolíticas, mas deve reafirmar sua independência para, apenas dessa forma, ser capaz de defender os reais interesses da classe trabalhadora. Um sindicalismo que represente o conjunto da classe trabalhadora – não apenas os trabalhadores(as) formais, mas também os bilhões de trabalhadoras e trabalhadores do setor informal e aqueles que sofrem com a precarização do trabalho.

41. No âmbito da OIT, outro espaço em que a CUT atua, trabalhamos pela regulamentação do trabalho em plataforma e pela transição do trabalho informal para o formal; pela manutenção do direito de greve como um dos direitos fundamentais; além de participar ativamente dos debates sobre a garantia da proteção social do trabalho. Também lutamos pela ratificação, no Congresso Nacional, das Convenções 190, sobre Assédio e Violência no trabalho, e 156, sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família, – processo iniciado pelo presidente Lula, no último 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Além das urgentes regulamentações das Convenções 151 – Negociação Coletiva no Serviço Público e 169 – Povos Indígenas e Tribais.

42. A CSI e o conjunto do movimento sindical internacional devem reforçar a defesa por uma nova governança global com organismos multilaterais democráticos e capazes de incidir efetivamente nos desafios globais – necessidade que ficou ainda mais patente durante a pandemia de COVID-19, a falta de coordenação internacional e as disparidades globais na cobertura vacinal.

43. A globalização e a organização de cadeias globais de produção, comercialização e prestação de serviços impõem, por sua vez, a necessidade de reforçar estratégias sindicais internacionais adequadas à organização e a presença em cada cadeia global.

A facilidade como se movimentam os capitais, arrastando unidades produtivas dentro de um mesmo país ou entre países só poderá ser enfrentada por meio do aprofundamento das redes sindicais, das ações sindicais frente às multinacionais e da celebração de acordos marco globais. A CUT vai continuar a luta pela aprovação de um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos em conformidade com as Diretrizes da OCDE, com os Princípios Diretores da ONU e com a Declaração da OIT sobre Multinacionais – assim como pela obrigatoriedade da diligência devida nas cadeias globais de produção.

44. O movimento sindical internacional também deve ser um instrumento poderoso na luta por um modelo de desenvolvimento sustentável – como formulado no Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) da CSA – com respeito ao meio ambiente e que reivindique políticas de transição justa para uma economia de baixo carbono nos termos apresentados pelo movimento sindical internacional nas Conferências sobre Mudança Climática da ONU. Coerentes com nosso apoio às propostas de integração regional Pan-Amazônica defendemos fortalecer os laços sindicais e a construção de uma coordenação sindical Pan-Amazônica reforçando, dessa forma, a nossa relação com outros movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais que lutam contra modelos de exploração da natureza que desconsideram a sustentabilidade e a própria vida.

45. Defendemos, por fim, uma mudança abrangente do atual modo de produção e consumo e um conjunto de políticas para garantir que a transição e o caminho para uma produção com baixas emissões de gases de efeito estufa não seja feita à custa de mais trabalho informal e menos direitos sociais. Essa transição justa deve assegurar condições de vida e trabalho dignas, respeito aos direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadoras, trabalhadores e comunidades implicadas, especialmente para os povos e nações do Sul Global.

46. A leitura dos cenários, desafios e possibilidades no plano internacional e nacional organiza a formulação da estratégia que orientará a ação sindical da CUT no próximo período, indicando campos ou áreas de intervenção, a partir do tripé: fortalecimento da organização sindical, defesa da democracia e desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que destaca prioridades de ação em cada um desses campos no âmbito nacional e internacional.

47. No 13o Congresso Nacional, em outubro de 2019, apontamos uma estratégia centrada em derrotar a coalizão de forças políticas e sociais responsáveis pelo retrocesso político e civilizatório do país, sintetizada na luta pelo fim do governo Bolsonaro e traduzimos essa estratégia em três eixos: (i) defesa dos direitos, da democracia e da soberania; (ii) construção de alternativas da classe trabalhadora para o Brasil; (iii) atualização do projeto organizativo da CUT. Já na 16a Plenária Nacional da CUT, a leitura dos cenários possibilitou uma atualização dos eixos de estratégia e plano de lutas, considerando o agravamento dos ataques à classe trabalhadora e a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia de COVID-19, adicionando um quarto eixo à nossa estratégia: a defesa da vida.

48. A vitória das forças democrático-populares nas eleições de 2022 foi uma inflexão na história do Brasil, criando condições mais favoráveis para a CUT atualizar sua estratégia em defesa dos direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora. A CUT seguirá essa linha, levando em conta as possibilidades dadas e definindo prioridades que possam se traduzir em resultados concretos no próximo período.

49. A Central deverá contribuir efetivamente na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Continuará cobrando do Estado a continuidade e ampliação de políticas de proteção social para combater a fome, a pobreza e a desigualdade social que atingem grande parte da classe trabalhadora. Da mesma forma, caberá à CUT continuar pressionando pela criação de empregos de qualidade, como resultado da retomada do crescimento econômico, e pelo combate ao trabalho precário, exigindo mudanças no marco regulatório das relações de trabalho. Deverá priorizar, através de alteração na legislação, a criação de condições para valorizar a negociação coletiva e atualizar a organização sindical, fortalecendo a autonomia do sindicato em relação ao Estado e favorecendo a ação sindical por novos direitos, melhoria nas condições de trabalho e redistribuição de renda.

50. A articulação e a disputa dessas propostas em defesa do fortalecimento dos sindicatos, da ampliação dos direitos e a construção de um projeto que tenha novamente as trabalhadoras e trabalhadores como protagonistas de uma nação mais igualitária, implicam a ampliação e fortalecimento das relações com os movimentos populares, uma participação efetiva no processo de democratização das políticas públicas, a ampliação das fronteiras da cidadania e a construção de uma visão de mundo e de uma narrativa para sustentá-las. Envolvem também a luta pela democratização do acesso à informação, à comunicação em geral e o combate à exclusão digital. Ou seja, uma trajetória de lutas que amplie as conquistas da classe trabalhadora, fortaleça a democracia e promova um projeto de desenvolvimento, com transformações estruturais que nos aproximem da construção do socialismo.

51. Esses desafios levam a CUT a conceber uma estratégia que articule três eixos:

52. 1) O fortalecimento do sindicalismo cutista, sustentado por princípios democráticos de organização e de representatividade, pela livre escolha de formas de agregação que fortaleçam processos mais abrangentes de negociação coletiva e promovam a autossustentação financeira, e por um processo de transição da situação atual para aquela que queremos construir no próximo período. O fortalecimento da organização sindical e a valorização da negociação coletiva são os principais desafios para que o movimento sindical cutista avance na defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, ao melhorar as condições de trabalho, combater o trabalho precário e as desigualdades nas relações de trabalho, redistribuindo renda e criando direitos. Os resultados desse processo condicionam a possibilidade de intervenção do sindicalismo cutista nos outros eixos estratégicos de ação, ao mesmo tempo em que sofrem o seu impacto: o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento sustentável.

53.2) A defesa da democracia ainda se impõe como um dos principais desafios da sociedade brasileira, considerando a campanha de ódio às forças de esquerda e os contínuos ataques feitos pela extrema direita às instituições democráticas durante o governo Bolsonaro e que culminaram com a tentativa de golpe no 8 de janeiro. O sindicalismo cutista deve intervir neste processo, estreitando relações com as Centrais Sindicais e os movimentos populares em ações de mobilização pela apuração e punição daqueles que tiveram participação em ações, visando destruir as instituições democráticas, acatando o clamor das ruas: “Sem anistia!” bem como apoiar todas as medidas que enfrentem a questão militar, a exemplo da necessidade de alterar o artigo 142 da Constituição Federal, que prevê a GLO – garantia da lei e da ordem – e deixando claro que não existe poder moderador no país. Não haverá democracia no Brasil enquanto existir tutela militar sobre a sociedade civil, enquanto existir a tortura e as polícias militares tiverem licença para matar. Deve ainda fortalecer a organização popular, através da criação dos Comitês de Luta, e investir na construção de uma linha de comunicação, dinamizada pelas Brigadas Digitais, visando legitimar a luta contra o ideário da extrema direita, as desigualdades sociais, contra a discriminação de mulheres e negros nas relações de trabalho, contra a violência doméstica e o feminicídio, contra o extermínio da população negra e pobres nas periferias, pela ampliação de direitos humanos fundamentais e pela democratização das políticas públicas.

54.3) O Desenvolvimento sustentável constitui o terceiro eixo estratégico de intervenção do movimento sindical cutista no próximo período. A CUT deve priorizar ações em defesa da ampliação da proteção social, do combate à fome, à pobreza e à precarização do trabalho. Da mesma forma e com igual vigor, deverá continuar demandando do Estado a continuidade da política de valorização do salário mínimo, o desenvolvimento de políticas de proteção ao emprego, de valorização dos servidores públicos, de geração de empregos de qualidade, de ampliação de moradias para os trabalhadores(as), de mais investimen-

to na rede pública de saúde e de educação, de fortalecimento da agricultura familiar, de defesa do meio ambiente, da transição justa e promoção de uma economia sustentável na Amazônia. A CUT continuará defendendo e apoiando toda iniciativa do governo visando a retomada do crescimento, o fortalecimento da indústria, o investimento em ciência, tecnologia e por transição energética justa como fatores de dinamização e de sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento.

55. Assim, nossa estratégia será orientada por:

## **Eixo 1. Fortalecimento do sindicalismo cutista. Valorização da negociação coletiva e atualização da organização sindical**

### **A ofensiva do capital contra o trabalho**

56. Durante décadas, o movimento sindical cutista resistiu à investida do capital contra o trabalho, desencadeada em escala global desde o final dos anos 70, visando retirar direitos e fragilizar os sindicatos. Essa ofensiva acabou resultando em reformas trabalhistas em cerca de 140 países. No Brasil, foi preciso o golpe de 2016, que interrompeu o governo democraticamente eleito da presidente Dilma Rousseff, para que ela se concretizasse, no ano seguinte, na antirreforma que mudou substancialmente as relações sindicais e de trabalho.

57. Para a CUT, continua sendo imperioso reverter este padrão perverso de regulação do trabalho. Deverá fazer isso num contexto em que a eleição do presidente Lula teve também o apoio de setores da burguesia que deixaram de apoiar Bolsonaro, mas não abandonaram a agenda liberal de reformas. Neste cenário, priorizamos as mudanças que achamos possível efetuar no atual sistema de relações de trabalho através do projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização da organização sindical, combinado com a regulação do trabalho por aplicativo, um marco no combate ao trabalho precário. A revogação da reforma trabalhista, pondo fim ao negociado sobre o legislado e abrangendo outros instrumentos de precarização do trabalho, terceirização irrestrita, trabalho intermitente, trabalho temporário, entre outros, deverá ser efetuada em consonância com a reforma sindical, provavelmente num quadro de maior resistência por parte dos empresários. Do ponto de vista do trabalho, essas duas medidas deverão constituir o núcleo de um novo padrão de regulação do sistema de relações de trabalho no Brasil e um dos pilares do projeto de desenvolvimento sustentável de longo prazo focado na eliminação das desigualdades e na inclusão social e política dos trabalhadores e das trabalhadoras.

58. A atualização do projeto político-organizativo desafia a CUT há muito tempo. Nas resoluções do 13o CONCUR apontamos a necessidade de superação das contradições e dos limites da atual estrutura organizativa, tendo como uma de suas principais referências o Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), construído no início da década de 1990, que conjugou a defesa de direitos e o fortalecimento da negociação e contratação coletiva como centro do projeto de organização sindical. A 16ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 2019, reafirmou esse compromisso e avançou em algumas questões fundamentais. Uma delas foi buscar representar o conjunto da classe trabalhadora e não apenas os trabalhadores e trabalhadoras com emprego formal, incluindo como desafio a representação de segmentos informais e a ampliação da ação sindical no território.

59. O 14o CONCUR tem a tarefa de avançar mais, de aprovar propostas concretas e viáveis para fortalecer a organização sindical, para ampliar direitos e redistribuir renda através de processos abrangentes de negociação coletiva conduzidos por entidades representativas. Deverá igualmente aprovar propostas

para assegurar a proteção social, direitos trabalhistas fundamentais e o direito de organização e de representação sindical dos setores da classe trabalhadora submetidos a formas precárias de trabalho. Um conjunto de fatores tornam essa definição inadiável.

**Precarização do trabalho e perda de representatividade dos sindicatos**

60. O sindicalismo no Brasil, como no mundo, vem sendo afetado por um conjunto expressivo de mudanças estruturais e conjunturais que alteram as condições e relações de trabalho e impactam a força e a organização dos sindicatos. Queda na representação e na representatividade são acompanhadas da fragmentação das negociações coletivas e da precarização de direitos.

61. As transformações no mundo do trabalho e nas cadeias globais de produção, comercialização e prestação de serviços, que têm ocorrido simultaneamente à fragmentação organizativa e à queda nos índices de sindicalização, reduzem a capacidade dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras frente aos processos de desregulamentação, flexibilização e precarização das relações de trabalho.

62. As mudanças tecnológicas, como robotização, inteligência artificial, internet das coisas e dos serviços, big data, são utilizadas para reestruturar processos produtivos, como a indústria 4.0, elevando substancialmente o controle e a produtividade do trabalho, cujos resultados são apropriados pelas empresas, sem que os ganhos sejam proporcionalmente redistribuídos aos trabalhadores e às trabalhadoras através da elevação dos salários e aumento de benefícios. O avanço das telecomunicações com base no padrão tecnológico de quinta geração, o 5G, revolucionou ainda mais a organização do trabalho, que no período da pandemia foi impactado pelo crescimento do teletrabalho, do homeoffice e do trabalho por aplicativo.

63. A reestruturação produtiva, impulsionada por essas inovações, tem provocado o fechamento e a transferência de plantas industriais, reduzindo o poder de representação dos sindicatos. Neste sentido, a reindustrialização é uma questão crucial para o avanço do sindicalismo, assim como a constituição de um mercado de consumo de massas é essencial para a defesa do emprego no comércio e serviços.

64. Cada ramo de atividade é atingido de forma distinta pelas inovações tecnológicas e pela reestruturação, que causam diferentes impactos sobre a organização sindical. Os desafios dos bancários não são os mesmos dos trabalhadores do vestuário, dos servidores públicos, dos metalúrgicos, dos comerciários, dos assalariados rurais. Em alguns ramos, prevalece a alta rotatividade e preponderam pequenos estabelecimentos com poucos empregados e que são responsáveis pela maioria dos empregos no Brasil.

65. Há um universo crescente de trabalhadores que estão na informalidade, nos trabalhos intermediados por plataformas digitais, pejotizados ou empregados através de contratos atípicos que explicitam formas de legalização da precarização. São contratos com direitos reduzidos ou sem qualquer direito, que ampliam a exploração da classe trabalhadora.

66. O trabalho precarizado por meio de plataformas de aplicativos é ainda mais grave, por ser pulverizado, fragmentado, ter alta rotatividade e sequer o status legal de trabalhador reconhecido, o que dificulta a representação sindical e a negociação coletiva. Sem o enfrentamento e superação destes problemas pela ação e organização sindical, a dinâmica de pulverização e fragmentação do trabalho e dos trabalhadores continuará.

67. A antirreforma trabalhista de 2017, seguida de um conjunto de medidas provisórias, decretos e portarias, propiciaram o desmonte do padrão de assalariamento, reduzindo direitos. A lista é longa, mas cabe destacar a prevalência do negociado sobre o legislado, a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente, a contratação de prestadores de serviços como autônomos permanentes, a contratação de PJ, MEI. São formas de assalariamento disfarçado, agravadas com o crescimento do trabalho mediado por plataformas digitais de aplicativos que reduzem direitos, rebaixam a remuneração do trabalho, asseguram menos benefícios e fragmentam as bases sindicais. O crescimento do teletrabalho e de outras formas de trabalho remoto impõem a necessidade de as entidades sindicais repensarem sua forma de organização e a relação com esses trabalhadores.

68. A capacidade de fiscalizar e defender os direitos da classe trabalhadora foi reduzida com o fim das homologações nos sindicatos, e com a definição do STF de que, em algumas situações, a relação de emprego seja regulada por acordos individuais. O fim da contribuição sindical e a ofensiva contra os descontos de taxas negociais ou assistenciais de todos os beneficiados por acordos e convenções coletivas firmados pelos sindicatos reduziram a capacidade de representação, ou inviabilizaram a existência de muitos.

69. A taxa de sindicalização diminuiu de 18,6%, em 2017, para 13,7%, em 2019. O número de sindicalizados formais caiu de 7,1 milhões, em 2017, para 5,4 milhões, em 2019. Esta redução coincide com taxas altas de desemprego, mas se acentuaram a partir da antirreforma trabalhista. Os sindicatos brasileiros representam fundamentalmente os assalariados formais. A maioria dos trabalhadores que compõem a imensa legião de informais e desempregados está fora da proteção sindical. Ao todo, em dezembro 2021, havia 12.059 sindicatos de trabalhadores, a maioria de base municipal e 13 centrais sindicais. No setor público, de acordo com o Dieese, são 2.760 entidades sindicais registradas no Ministério do Trabalho e Emprego, sendo 1996 na esfera municipal (1.874 sindicatos, 66 federações e 3 confederações); 470 entidades na esfera estadual, sendo 432 sindicatos e 38 federações; e 204 entidades no âmbito federal, sendo 194 sindicatos e 10 federações.

70. O conceito de categoria profissional, tal como definido no modelo corporativo de organização sindical, e o sistema de enquadramento sindical sem qualquer mediação contribuem para a fragmentação, heterogeneidade da classe trabalhadora e dificultam a ampliação da representação sindical. Poucas são as entidades que conseguiram ampliar sua representação para terceirizados, que cresceram intensamente depois de aprovada a terceirização irrestrita, inclusive no setor público.

71. A organização sindical corporativa dificulta a organização e representação destes novos segmentos e setores. As formas de organização alternativas que os trabalhadores por aplicativos constroem, como associações, cooperativas, ligas e coletivos encontram dificuldades para se consolidar e acumular forças. Faltam-lhes estrutura, financiamento e poder legal para negociar.

72. A organização no local de trabalho, que precisa ser repensada para contemplar o teletrabalho e o trabalho por plataformas, avançou apenas em algumas categorias. A eleição de representantes para empresas com mais de 200 trabalhadores, prevista na Constituição Federal, só saiu do papel por iniciativa dos neoliberais, mas como manobra para afastar e enfraquecer os sindicatos. A ofensiva contra as CIPAs e o artifício para manipular a representação nos locais de trabalho com o objetivo de afastar os sindicatos ampliaram a resistência sindical à organização no local de trabalho nas redes de teletrabalho e nas plataformas.

73. A correlação de forças desfavorável no Congresso Nacional aumenta o risco de as forças neoliberais, posicionadas do centro até a extrema-direita, aprovarem a pior parte das propostas do GAET, em especial a organização de sindicatos por empresa, e consolidar a prevalência de acordos individuais e por empresa sobre as convenções coletivas e a legislação trabalhista.

**Valorizar a negociação coletiva e fortalecer a organização sindical: elementos estruturantes do projeto**

#### **Democracia**

74. O projeto proposto pela CUT resgata e reafirma a democracia como princípio orientador da organização e o funcionamento dos sindicatos. Esse princípio deve ser incorporado nos estatutos e respeitados, de fato, na prática cotidiana das entidades sindicais cutistas. Está na origem da criação da CUT o exercício da democracia em todos os seus organismos e instâncias. A Central assegura completa liberdade de expressão às suas entidades filiadas, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas das instâncias superiores e contribuam para unidade de ação.

75. A democracia é um dos fatores essenciais para se assegurar a unidade sindical e deve estar presente na tomada de decisões, nos processos eleitorais, assegurando a participação de oposições, na transparência ao serem apurados os votos, no limite da duração do mandato da direção (quatro anos), na gestão de recursos e na regularidade e transparência da prestação de contas, na incorporação de setores da classe trabalhadora tradicionalmente pouco representados na direção das entidades e pouco mobilizados pela ação sindical. Todas estas diretrizes são fundamentais para se ter unidade e forte representatividade. Normas estatutárias democráticas são condição para o acesso às prerrogativas sindicais de representação, tanto nas negociações coletivas como no âmbito institucional.

76. Assegurar a unidade e aumentar a densidade sindical via ampliação da base de representação e uma maior representatividade implica também avançar em mudanças estatutárias e em mudanças culturais substanciais, de forma a possibilitar uma crescente inserção e protagonismo das mulheres, em especial das negras, majoritariamente excluídas da participação e representação sindical. Mas também dos negros e jovens, tornando os sindicatos representativos, de fato, da diversidade presente na sua base como expressão da diversidade da classe trabalhadora.

77. É imperioso para a democracia sindical o combate às práticas antissindicais que inibam ou coloquem em risco a ação dos dirigentes legalmente eleitos. As diretrizes propostas pela CUT preveem regras para impedir a demissão de dirigentes sindicais, assegurando sua estabilidade durante o exercício do mandato. O número de dirigentes estáveis deve ser proporcional ao tamanho da base de representação da entidade. Não devemos sequer admitir que haja dirigentes não estáveis, mas será necessário um ajuste fino nos critérios de proporcionalidade para se estabelecer o número de componentes das direções sindicais.

78. Outras medidas são indispensáveis para assegurar o equilíbrio nas relações de trabalho e impedir práticas antissindicais, especialmente nos processos negociais. Explicitar o princípio da impossibilidade da recusa da negociação coletiva em qualquer nível ou âmbito de negociação nas diversas modalidades; e estabelecer mecanismos de solução de conflitos coletivos com mediação e arbitragem voluntárias, melhor definindo o papel do MPT e da Justiça do Trabalho, em especial quando caracterizada a conduta antissindical e ausência de boa-fé negocial da empresa ou sindicato patronal que fazem parte do processo de regulação defendido pela CUT.

79. Os sindicatos precisam repensar suas ações, pouco ou nada atrativas para as mulheres e para a juventude. A dupla e tripla jornada que as toma o tempo para vivências, o machismo que persiste nos espaços, a falta de inclusão de pautas representativas de seus interesses transformam as entidades sindicais pouco atrativas às mulheres e o ambiente sindical pouco diverso e menos representativo da classe trabalhadora.

80. Apesar dos avanços, fruto das políticas desenvolvidas pela CUT, na maioria dos sindicatos no Brasil, ainda é pequena a participação de mulheres nas direções. É necessário que as ações e programas de formação política sejam ampliados, tenham continuidade e perenidade, desde os sindicatos até o nível nacional, para a manutenção e ampliação das conquistas em relação a participação das mulheres, como também o incentivo para sua participação na vida sindical, inclusive em cargos de decisão. Trata-se de um desafio cuja superação é necessária, tanto para ampliar a representatividade, assegurar que as questões das mulheres e da juventude sejam incorporadas nas reivindicações, nas negociações coletivas e nas lutas da CUT e entidades filiadas.

#### **Processos abrangentes de negociação coletiva**

81. Processos abrangentes de negociação coletiva conduzidos por entidades representativas dos trabalhadores de uma empresa ou ramo de produção de abrangência regional ou nacional, deverão ser o móvel do processo de atualização da organização sindical que se quer instituir nos próximos anos. A negociação coletiva cumpre o papel de regular as relações de trabalho no tempo, por determinado período, e no espaço, abrangendo os trabalhadores de um ramo, empresa ou região, instituindo novos direitos, para além da legislação existente, redistribuindo renda ao promover ganhos salariais, além de garantir aos trabalhadores relativa influência sobre as condições de trabalho. Conferem estabilidade e previsibilidade às relações de trabalho e promovem ainda a solidariedade e a unidade dos trabalhadores. Pesquisas indicam que os assalariados formais sindicalizados recebem uma remuneração maior do que os não sindicalizados, assim como permanecem mais tempo no emprego.

82. A negociação coletiva deverá abranger os trabalhadores do setor privado, o serviço público onde o direito à negociação coletiva deverá ser assegurado em todas as esferas (executivo, legislativo e judiciário) e âmbitos (municipal, estadual e federal), considerando suas especificidades. A reestruturação sindical deverá vir como resultado dessa ação propulsora e das iniciativas visando ampliar a densidade sindical das entidades envolvidas nos processos negociais.

83. A CUT estabelece um conjunto de princípios e pressupostos para que a negociação coletiva desempenhe esse papel, resgatando elementos desfigurados pela antirreforma trabalhista do governo Temer. O sistema de negociação coletiva deve ser fundamentado na conduta de boa-fé das partes interessadas, na estabilidade do sistema de relações de trabalho e na segurança jurídica das normas pactuadas. Deverá ser assegurada a prevalência da convenção coletiva nacional/setorial sobre acordos por empresa, prevalecendo sempre as melhores cláusulas. A ultratividade do estabelecido em acordos e convenções coletivas deve ser mantida até que um novo instrumento seja assinado. A coordenação entre os níveis de negociação – nacional, setorial, empresa – deve se pautar por regras visando adequar as normas entre os níveis de negociação. A flexibilidade para as partes interessadas definirem novos âmbitos de negociação deve ser garantida, assim como o efeito “erga omnes” para os instrumentos de contratação coletiva, abrangendo todos os trabalhadores e empresas de um âmbito de negociação. Uma vez instada a negociar, a empresa ou o sindicato devem instaurar o procedimento negocial.

84. No atual contexto de organização sindical fragmentada, a formação de comandos unitários de negociação coletiva têm sido uma forma de obter maior agregação e cobertura, para atuar em um âmbito de negociação. As diretrizes da CUT estimulam esta iniciativa, como uma articulação política que agrega durante as campanhas, mantendo as entidades existentes.

**Maior densidade sindical como base da negociação coletiva**

85. Fortalecer a representação sindical em processos mais abrangentes de negociação coletiva pressupõe o estímulo à agregação sindical, que pode assumir diferentes formas, todas elas como livre escolha das entidades sindicais como fusão, incorporação, ou comando de um processo negocial, a exemplo dos bancários. O instrumento do consórcio poderá ser usado pelas entidades sindicais somente para gerir patrimônio e promover serviços.

86. Processos mais abrangentes de negociação coletiva pressupõem o aumento da densidade sindical (representação + representatividade). Isso requer, primeiro, reconceituar a categoria, ampliando sua abrangência para agregar trabalhadores por ramo ou setor econômico. Requer iniciativas inovadoras que incluam na base de representação das entidades (sindicatos, ramos) setores da classe trabalhadora excluídos da organização sindical, cujos critérios devem ser ajustados à realidade de cada ramo de atividade ou setor econômico.

87. Para aumentar a densidade sindical é essencial elevar a representatividade, medida pelo percentual de sindicalização em relação à base representada, e a amplitude da cobertura das convenções e acordos coletivos, dentre outros critérios específicos. Devem ser ajustados à realidade de cada ramo de atividade ou setor econômico.

88. A organização por ramo de atividade veio se aprimorando ao longo da trajetória da CUT. Temos hoje federações regionais e nacionais e confederações com força e credibilidade. Em alguns casos, a disputa ainda é muito forte com o sindicalismo pelego. Em outros, conseguem-se ações unitárias por ocasião das negociações coletivas. Diante do risco de pulverização dos sindicatos, fica mantido o município como base sindical mínima como forma de inibir a fragmentação e dificultar criação de sindicatos por empresa. Nesta direção, o projeto restringe a desconexão pelo critério de sindicato mais específico e o desmembramento da base territorial sem que haja decisão da categoria, além de estimular a transição de um sistema pulverizado e fragmentado para um sistema de maior agregação e abrangência de representação. A estrutura sindical atual deve ser mantida: sindicato, federação, confederação, central sindical.

89. Da mesma forma, deve ser promovida a organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, autônomos e precarizados, pelo teletrabalho e plataformas de aplicativos. Devem ser desenvolvidos meios organizativos adequados a cada situação, voltados para a defesa de seus interesses e ao combate da precarização do trabalho, seja pela agregação na base de sindicatos existentes, seja pela criação de novas entidades, desde que não levem à fragmentação sindical.

**Autonomia e autorregulação**

90. A CUT reafirma a autonomia em relação ao Estado e aposta no processo de autorregulação para resolver questões e conflitos de interesse envolvendo a organização sindical e a negociação coletiva.

**Direito de negociação no serviço público**

91. O serviço público representa 12% da força de trabalho e abarca 11 milhões de trabalhadores, sendo 5,5 milhões na esfera municipal; 3 milhões na esfera estadual; 1 milhão na esfera federal; 777.530 em

entidades e empresas públicas e estatais.

92. A regulação da negociação coletiva entre as entidades dos servidores e administração pública deve tomar por base as propostas já apresentadas. Devem ser estabelecidas medidas imediatas visando tornar efetivo o direito de negociação, retomando a regulamentação Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, ambas da OIT.

93. Devem ser reguladas as Mesas de Negociação Permanentes, a serem instituídas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Devem ser incluídos nas negociações os direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras, concursados, contratados e subcontratados para prestação de serviços, cabendo aos organismos públicos contratantes a responsabilidade pelo cumprimento dos direitos, salários e benefícios pelas prestadoras de serviços aos subcontratados, quando estas os descumprirem.

94. Em face da crescente terceirização, o direito à negociação coletiva será adequado ao direito administrativo. O desconto em folha de contribuições solidárias de custeio, associativa e/ou negocial definidas em assembleia, deve ser garantido.

95. A proposta prevê o estabelecimento de processo permanente de negociação e de solução de conflitos, observando os princípios gerais aplicáveis à administração pública. A proposta é criar um espaço permanente de diálogo e negociação entre agentes públicos e representantes sindicais, para a elaboração de um programa específico de promoção dos direitos e do emprego público, assim como estabelecer de forma negociada e permanente os deveres para com a sociedade.

96. Junto com a regulação da negociação no serviço público deve ser assegurado o livre exercício de greve previsto na Constituição Federal. A democratização das relações de trabalho no serviço público deve ser permanentemente buscada, com a proibição de práticas antissindicais, garantia de acesso dos sindicatos aos locais de trabalho e de estabilidade dos(as) dirigentes sindicais, garantindo sua liberação quando solicitada pela entidade sindical.

97. Por fim, a CUT propõe a transparência do orçamento público às entidades sindicais dos servidores(as), com previsão de investimentos em áreas específicas e com a folha, para que se estabeleçam os parâmetros para a negociação coletiva.

#### **Sindicatos rurais**

98. Os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, cerca de 5 milhões de trabalhadores(as), representados(as) pelos respectivos sindicatos, federações e confederação nacional, deverão buscar processos mais abrangentes de negociação coletiva e de densidade sindical, a exemplo do que já ocorre em alguns estados, onde vários sindicatos se agrupam regionalmente para celebrar convenções coletivas de trabalho.

99. Os sindicatos da agricultura familiar podem usar processos de agregação para encaminhar/negociar propostas relacionadas a políticas agrícolas e agrárias de âmbito regional ou nacional.

#### **Sustentabilidade financeira**

100. Esta tem sido uma batalha histórica da CUT. Acabar com o imposto sindical, mas assegurar em seu lugar a contribuição negocial, estabelecida em assembleia e descontada de todos os beneficiados pelo

acordo ou convenção coletiva. O Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), elaborado pela CUT na década de 1990, estabelecia que os(as) trabalhadores(as) decidiriam, em suas assembleias e de acordo com o estatuto do sindicato, e a lei deveria obrigar o recolhimento dessas contribuições em folha de pagamento.

101. As finanças e a representação sindical foram atacadas em diversas MPs, a exemplo da 870/19, 871/19, 873/19, 881/19, 905/20/ 927/20, 936/20, dentre outras. Não fossem as ações da CUT, das centrais aliadas, das entidades filiadas e do Fórum Interinstitucional de Direitos Sociais (FIDS), em companhia das bancadas parlamentares do centro para a esquerda, os retrocessos neste campo teriam sido muito maiores.

102. Mesmo com os movimentos de resistência, as mudanças foram avassaladoras. Ao tornar optativa a contribuição sindical, exigindo autorização expressa dos trabalhadores, e estender este entendimento à contribuição negocial ou assistencial, o governo atacou a sustentabilidade dos sindicatos em um momento no qual, em todo o mundo, o percentual de sindicalização já estava em queda livre.

103. Revogar estes dispositivos separadamente ou no Projeto de Lei de fortalecimento das negociações e da organização sindical é crucial, para que seja possível construir um sistema de financiamento com segurança jurídica, que não seja permanentemente questionado por ações judiciais, impetradas pelo Ministério Público do Trabalho ou quem quer que seja.

104. A proposta apresentada pela CUT aponta para a contribuição solidária de custeio, o (negocial), em valor ou percentual aprovado em assembleias representativas, devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo, observados os limites fixados pelo Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Estabelece ainda a possibilidade de acesso a recursos públicos para realizar projetos que atendam as necessidades dos trabalhadores e assinar convênios nos âmbitos da formação, cultura, comemorações, como o 1o de maio.

105. As mensalidades dos associados e a contribuição solidária de custeio devem ser descontadas em folha de pagamento. Deverão ser definidos os critérios de financiamento para os sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar, servidores públicos, profissionais liberais e autônomos, pescadores, entre outros, onde não há celebração de acordos coletivos ou convenções coletivas de trabalho.

106. Os percentuais de repasse para a estrutura vertical estarão previstos na legislação. O percentual e a forma de repasse para a central sindical a que cada entidade estiver filiada serão definidos pelas próprias Centrais Sindicais.

### **Processo de transição**

107. A transição da atual para a futura estrutura sindical deve dar às atuais entidades sindicais o tempo e as condições necessários para implantarem as mudanças. A transição deve propiciar condições para a reorganização das entidades sindicais, do estado, dos espaços negociais e dos instrumentos regulatórios (acordos e convenções). O novo projeto de organização sindical e de sistema de negociação coletiva deve levar em conta, além do contexto de mudança, a história, valores e a cultura do movimento sindical. O processo de transição deverá ocorrer por etapas com metas e objetivos definidos, sendo livre a adesão ao novo projeto.

### **Para além da reforma sindical**

108. A CUT deve enfrentar os obstáculos que dificultam a ampliação da representação e da organização da enorme quantidade de trabalhadores desorganizados e não representados. No caso dos trabalhadores de aplicativos sua integração nas instâncias e na direção da CUT deve ser buscada.

109. Da mesma forma, a CUT deve priorizar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, autônomos e precarizados, pelo teletrabalho e plataformas de aplicativos. Devem ser buscados meios organizativos adequados a cada situação, voltados para a defesa de seus interesses, o combate da precarização do trabalho e sua agregação na base de sindicatos ou ramos existentes.

110. A ação contra a precarização do trabalho exige maior organização, ampliação e o fortalecimento da luta por direitos trabalhistas e proteção social. Isso, porém, só se efetivará à medida que os próprios trabalhadores precarizados forem se tornando protagonistas dessa luta.

### **Regulação do trabalho por aplicativo**

111. No dia 18 de janeiro, o presidente Lula fez um encontro com o movimento sindical em que um decreto instalando três mesas de negociação, uma delas sobre a regulação do trabalho por aplicativo. Não há exemplos no mundo sobre a regulação do trabalho por aplicativo com a abrangência que a CUT pretende fazer. Temos que regular o trabalho dos entregadores, que é a parte mais visível, é o povo das motocicletas, do iFood, cerca de 7,5 milhões de trabalhadores que trabalham nesse sistema. Além deles, devemos ter outra regulação para todos e todas que trabalham em plataforma, onde cabem todas as categorias. Hoje temos professores que trabalham por aplicativo, mecânico, diarista, personal trainers, um universo que abrange inúmeras categorias. É um desafio mais complexo, que teremos que enfrentar.

112. A regulação deve conter um conjunto de direitos básicos. A jornada máxima de trabalho deve ser estabelecida, não importa a forma de contrato. Tem que definir também um piso salarial e assegurar assistência à saúde, cobertura previdenciária e direito à organização sindical. Eles têm que ter direitos e a sociedade e as empresas vão ter que pagar o custo dessa regulação. Teremos que fazer uma campanha muito forte para ganhar esse debate na sociedade.

113. A CUT quer aprovar uma legislação básica para proteger esses trabalhadores. As confederações, federações e os sindicatos de base, de posse da regulamentação, deverão melhorar a legislação através da negociação coletiva, ampliando direitos.

### **Organização no local de trabalho e nas plataformas**

114. A CUT reafirma seu compromisso de priorizar o trabalho de base e a organização no local de trabalho, sejam locais físicos ou redes de trabalho no estilo home office, nas formas presencial ou virtual. Sem estreitar as relações com a base não há como ampliar a representação e tampouco obter maior representatividade.

115. Nossa posição contra a criação de sindicatos por empresa, e portanto contra o fracionamento organizativo, não se confunde com o reconhecimento da imperiosa necessidade de avançarmos no direito de organização no local de trabalho, entendido em seu sentido amplo acima apontado, em face das transformações na organização do trabalho.

116. Diante dos impactos das transformações no mundo do trabalho na saúde da classe trabalhadora e da retomada das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), a CUT intensificará e dará maior prioridade à troca de experiências, à construção de uma pauta básica no âmbito da saúde e na formação de trabalhadores de base para disputar as eleições nas CIPAs.

#### **Ação sindical no território**

117. As mudanças legislativas e as normas acordadas no âmbito da autorregulação devem facilitar a transformação dos sindicatos em um lugar aberto e numa referência da CUT nas comunidades. A ampliação da representação estabelecida em nossa última plenária e a proposta de agregação da base visando maior densidade sindical possibilitarão organizar todos os trabalhadores(as) da base de representação, ampliando o conceito de categoria, de forma a contemplar todos e todas, independentemente do tipo de contratação, intermitentes ou temporários, terceirizados, pejetizados ou informais, fortalecendo o sindicalismo classista da CUT.

118. De forma independente e autônoma a CUT, em suas diversas instâncias, e as entidades filiadas devem se fazer presentes na construção de espaços de referência de nossa central em cada comunidade. O objetivo é se integrar às lutas sociais em cada base territorial. Movimentos por moradia, movimentos culturais, movimentos da juventude, e outros, organizações e frentes populares devem identificar as entidades sindicais e a CUT como organizações abertas e engajadas nas lutas da comunidade.

119. Entidades filiadas de uma mesma cidade ou região devem compartilhar recursos e esforços para viabilizar a presença da CUT na comunidade, estimulando sua organização, construindo uma relação de solidariedade e cooperação com as organizações e lutas sociais da sua base territorial.

120. Um dos maiores desafios está na organização dos trabalhadores e trabalhadoras informais, de plataformas e aplicativos e também os(as) desempregados(as). Em cada território a CUT deve articular as entidades filiadas para que reúnam informações sobre grupos de trabalhadores que estão se organizando e sobre organizações já existentes de trabalhadores precarizados, formais ou informais, como vendedores ambulantes, trabalhadores de plataforma e de aplicativos, microempreendedores individuais, um contingente enorme de trabalhadores por conta própria e sem direitos, buscando sempre contemplar a diversidade que compõe a classe trabalhadora.

121. As experiências existentes, por exemplo em Buenos Aires, indicam que ter um espaço na comunidade possibilita maior sintonia com as lutas populares e uma atuação mais consistente em frentes como geração de oportunidades de trabalho e renda, ajudando a conectar o desempregado com as oportunidades que forem construídas, inclusive articulando educação e trabalho nas comunidades. Formação e capacitação profissional se articulam com a organização de espaços para o desenvolvimento da cultura e da arte.

122. No Brasil temos diversas experiências que devem ser divulgadas como boas práticas. Dentre outras, cabe observar a Casa Solidária, destinada a uso coletivo na Subsede do Sindicato dos Trabalhadores da Confecção de Ipatinga. Nela, vários sindicatos compartilham custos e recebem denúncias feitas por trabalhadores de outras categorias.

## **Eixo 2. Protagonismo da CUT na reconstrução do Brasil, da democracia, dos direitos e da soberania**

### **A defesa da democracia**

123. O sindicalismo cutista deve manter estreita relação e atuação conjunta com as Centrais Sindicais, os movimentos populares e organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa da democracia em seu sentido pleno. Não há democracia com as desigualdades e disparidades de renda e direitos atuais. A democracia postulada pela CUT pressupõe que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam ouvidos nos fóruns de formulação e gestão de políticas públicas. Mais do que isso, pressupõe que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam vistos como sujeitos de direitos e que suas demandas sejam contempladas. A luta por igualdade caminha ao lado da luta pelos direitos. A democracia que queremos, e pela qual lutamos, é aquela em que os direitos fundamentais são respeitados e novos direitos são criados como resultado da luta para ampliar as fronteiras da cidadania.

124. O cenário de fragilização das forças de direita com a vitória eleitoral de Lula descrito na conjuntura não diminui a tarefa da CUT de manter e avançar a luta e o nível de consciência de classe e enfrentar a agenda autoritária e reacionária que restabeleceu valores tradicionais e impôs uma profunda regressão de direitos sociais que assombram o país. É nesse sentido que vislumbramos o protagonismo da CUT na reconstrução e transformação do Brasil, com olhar global e atuação local.

### **Combater os retrocessos na regulação do trabalho**

125. O resultado das eleições não nos possibilitou ter uma correlação de forças que nos possibilite uma revogação em bloco dos retrocessos trabalhistas, previdenciários, sindicais, civis e criminais. No entanto, a CUT manterá sua luta pela revogação das contrarreformas e dos retrocessos.

126. O princípio do Trabalho Decente deve ser a referência para superar a precarização, a vulnerabilidade, a informalidade, os retrocessos decorrentes das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da terceirização irrestrita e de inúmeras iniciativas que destruíram direitos trabalhistas e a organização sindical.

127. Os marcos regressivos da legislação e normas trabalhistas, previdenciárias e sindicais, no setor público e no setor privado também devem ser revogados, promovendo regras protetivas universais, com políticas que assegurem o acesso aos direitos em todas as formas de ocupação laboral.

128. Igualmente, deve ser revogada a legislação que autoriza a terceirização sem limites e sem proteções, bem como as terceirizações no setor público em suas diferentes modalidades, promovendo a contratação de servidores públicos concursados, com respeito à Lei de cotas.

129. Como efeito da antirreforma trabalhista e da terceirização ilimitada, o trabalho análogo à escravidão aumentou em várias regiões do país exigindo um combate frontal das entidades sindicais e do próprio governo Lula, com punição exemplar àqueles que o utilizam.

130. Com isso, a CUT continua exercendo papel estratégico na luta em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e civis, na perspectiva de reverter a destruição promovida pelos governos Temer e Bolsonaro e avançar na reconstrução de um Brasil soberano e democrático.

131. Resguardadas as devidas diferenças históricas, a experiência da Espanha tem sido lembrada com recorrência pelos resultados obtidos e pelo complexo processo de negociação envolvendo trabalhadores, empresários e o Estado. Embora não se aplique nos mesmos moldes para outras realidades, mostrou ser possível reverter substancialmente os retrocessos trabalhistas, como revelam as disputas na Colômbia.

#### **Unidade de ação e mobilização popular para democratizar as políticas públicas**

132. A continuidade da estreita relação com os movimentos sociais e o esforço para construir pautas e mobilizações conjuntas serão necessários no combate à extrema direita, na luta pela revogação dos retrocessos e por mais direitos, no combate às discriminações de gênero e raça, às desigualdades, à extrema pobreza, à miséria e à fome. A CUT deve participar intensamente da Frente Brasil Popular, alçando-a a um novo patamar na articulação e mobilização das ações que propiciem as condições para alcançar mais direitos e conquistas para a classe trabalhadora.

133. Com as Centrais Sindicais, a construção de uma agenda comum de mobilização e pressão institucional, sem prejuízo de mobilizações próprias definidas pelas instâncias da Central, deve seguir sendo a estratégia de ação da CUT, possibilitando avançar na conquista de direitos e expressar a visão de país pela qual a classe trabalhadora brasileira luta.

134. A CUT atuará intensamente nos espaços de participação popular, por meio dos conselhos, fóruns e conferências que o novo governo retoma e implementa, conferindo a eles um elevado grau de reflexão e elaboração de políticas emancipadoras. Aprimorará sua organização para defender suas posições no Congresso Nacional e nos Tribunais Superiores.

135. Ao mesmo tempo, é de fundamental importância a participação das Estaduais da CUT e sindicatos nos conselhos, fóruns e conferências em nível estadual e municipal, espaços privilegiados de articulação e atuação conjunta com entidades do campo popular.

136. A orientação, em todos os níveis é realizar a atuação nestes espaços de forma articulada com as entidades filiadas à CUT, outras centrais sindicais, movimentos populares, comitês sindicais e brigadas digitais. Portanto, as ações deverão estar articuladas do âmbito nacional aos territórios. Esta é uma diretriz estratégica para que as articulações políticas tenham respaldo na mobilização popular.

#### **Comitês e Brigadas Digitais na disputa de narrativa**

137. A CUT dará continuidade ao desenvolvimento do trabalho articulado de constituição e fortalecimento dos Comitês Sindicais e à parceria com os Comitês Populares. Intensificará a formação, organização e atuação das Brigadas Digitais. Nosso objetivo é que até o 14º Congresso mais de 50% das entidades filiadas já tenham sua Brigada constituída e atuando. As Brigadas Digitais são fundamentais para e combater Fake News e para dinamizar as lutas sindicais e populares.

138. As Brigadas Digitais são parte de uma estratégia de formação, organização e comunicação da CUT para atuar e disputar o território digital e são capazes de ir além do combate às Fake News. Contribuíram para divulgar o trabalho realizado pela CUT e pelos sindicatos filiados, assim como para disputar a narrativa sobre o mundo do trabalho, os direitos trabalhistas e os valores que defendemos. Essa iniciativa deve avançar no sentido de conscientizar a população sobre a importância da luta por direitos, além de fortalecer a imagem dos sindicatos e da CUT como organizações comprometidas com a defesa dos trabalhadores e a justiça social.

139. Para tal, deve contar com estratégias eficientes e ferramentas de organização e de formação que as potencializem. Nesse sentido, a formação que se constituiu nesses 40 anos num dos pilares para o fortalecimento da ação sindical e do projeto organizativo cutista, deve aprimorar sua elaboração por meio da Política Nacional de Formação como estratégia, bem como da Rede de Formação e das Escolas Sindicais para cumprir essa tarefa.

#### **Políticas públicas para a construção da igualdade**

140. Segundo dados do Dieese, as desigualdades entre homens e mulheres, negros e não negros, nos mostram como a cultura de desvalorização das mulheres e da raça negra se revelam nas condições econômicas, sociais e culturais. Portanto, qualquer política para superar essa inaceitável situação, deve levar em consideração os diferentes tipos de inserção das mulheres e negros e negras no mercado de trabalho: formal, informal, diferentes tipos de contratos, urbana, rural, (campo, florestas, e das águas).

141. A ação da CUT deverá contemplar políticas voltadas às mulheres que estão no mercado informal de trabalho, visando o seu fortalecimento na economia solidária e a sua organização, ao mesmo tempo em que devemos incentivar os municípios a investir na organização produtiva das mulheres.

142. Continuaremos lutando para ratificar as Convenções 156 e 190 da OIT. A primeira, sobre trabalhadores(as) com responsabilidades familiares, com definição de políticas públicas adequadas a sua aplicação e campanha de sensibilização da sociedade, e promover o compartilhamento das tarefas domésticas e dos serviços públicos de cuidados. A segunda, trata da violência – assédio moral e sexual no trabalho; definição de políticas de fiscalização junto às empresas com vistas ao seu cumprimento; ações junto a sociedade sobre a importância no seu combate.

143. Também continuará lutando para que sejam adotadas medidas visando combater a alta rotatividade do trabalho das mulheres, pela instituição da licença parental para progenitores ou adotantes, de forma compartilhada, garantindo à mãe o período para a amamentação previsto na OMS, bem como garantia de creche em tempo integral, com horários compatíveis com as jornadas de trabalho.

144. Da mesma forma continuaremos lutando para estabelecer em toda rede SUS o direito ao aborto legal previsto em lei, de acordo com resolução da CUT de 1991.

145. A pandemia deu visibilidade ao que era quase imperceptível pela sociedade, o trabalho dos cuidados, em que as responsabilidades recaem exclusivamente sobre as mulheres assim como os seus impactos. As dificuldades de acompanhamento sobre o adoecimento das trabalhadoras em home-office, com a exigência de metas, somadas às duplas jornadas e a ausência de políticas de cuidados por parte do Estado e das empresas, potencializaram o adoecimento das mulheres, em especial o psíquico.

146. A definição e implementação de políticas públicas fundamentadas na economia do cuidado é determinante para a vida das mulheres trabalhadoras. É necessário garantir recursos para a oferta adequada dos serviços públicos como saúde, educação e assistência, bem como o desenvolvimento de uma política de cuidados com perspectiva de gênero, considerando os diversos arranjos familiares, assegurando o compartilhamento do trabalho de reprodução social entre homens e mulheres, Estado e sociedade.

#### **Combater o trabalho escravo e intensificar as lutas antirracistas**

147. Mais de 130 anos se passaram desde a abolição da escravatura. Entretanto, o racismo e a imposição

de situações humilhantes, do trabalho forçado, da servidão por dívidas e condições degradantes - que trazem fortes características semelhantes ao trabalho escravo - são encontradas nas grandes propriedades rurais, em olarias, carvoarias, empresas terceirizadas que prestam serviços no campo e nas cidades, em oficinas de costura e de calçados, em residências, inclusive nas atuais formas de trabalho por aplicativos.

148. Negros, negras e imigrantes são as principais vítimas deste tipo de espoliação no trabalho, acompanhadas da discriminação. São eles as maiores vítimas do desemprego, da ação violenta e discriminatória, especialmente dos agrupamentos de extrema-direita, de famílias brancas e da polícia.

149. O racismo estrutural no Brasil é institucional e estruturante de todas as relações e impossibilita o pleno exercício da cidadania da população negra. A CUT defende que a sociedade e o Estado brasileiro reconheçam sua imensa dívida histórica com as populações negras e indígenas. Luta para que as reparações sejam realizadas pelas políticas públicas sociais, combinando as universalistas e as específicas como medidas de erradicação das assimetrias de raça, de gênero, e de classe.

150. A CUT continuará seu trabalho, visando despertar não só a classe trabalhadora, mas toda a sociedade brasileira sobre a luta antirracista. Buscará difundir as discussões sobre questões raciais no Brasil, de uma forma contundente, ética, política, pedagógica e poética, criando assim, um produto de reflexão, articulação e invenção de outras perspectivas da identidade do povo negro, que não aquelas historicamente apresentadas em nossa formação social, e intensificará a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, uma vez que, a população negra está na base da pirâmide quando falamos em qualidade de emprego.

151. Para o combate à espoliação do povo negro, a CUT demanda o fortalecimento da fiscalização e uma postura ativa do Estado, visando dar um basta ao racismo e a todo tipo de discriminação. Luta por políticas públicas afirmativas, que propiciem melhores condições para que a raça negra viva com intensidade sua cultura, tenha acesso a trabalho, renda, educação e saúde de qualidade.

#### A segurança e saúde do trabalhador e trabalhadora

152. A luta por segurança e saúde da classe trabalhadora reveste-se da maior importância no atual contexto de transformações no mundo do trabalho. Neste sentido, a CUT demanda a revisão das normas regulamentadoras (NRs), do Ministério do Trabalho e Emprego; e a instituição de uma política nacional e setorial de promoção da saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, visando retirar o Brasil da lista dos países com maior número de mortes e doenças relacionadas ao trabalho.

153. A CUT atuará pela ratificação da Convenção 159 da OIT, sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes. Intensificará a luta pela revogação da EC 95 e ampliará a defesa do SUS e de suas políticas públicas de saúde. Cobrará a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) de modo a promover ambientes de trabalho saudáveis e seguros; bem como, da Política Nacional de Saúde do Trabalhador (PNSTT) e da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) no âmbito do SUS com a implementação e fortalecimento das ações no âmbito da atenção básica e da vigilância em saúde.

154. A CUT lutará para que seja assegurado o acesso universal à seguridade social - Saúde, Assistência Social e Previdência Social pública e de qualidade para todos, independentemente do tipo de vínculo de trabalho. Continuará lutando para que sejam destinados recursos necessários para que o SUS (Sistema Único

de Saúde) garanta o acesso universal e gratuito, a valorização dos trabalhadores da saúde, o investimento no complexo industrial nacional da saúde. E promoverá junto ao movimento sindical, pesquisadores e operadores da Política de SST a construção de um sistema de Saúde, robusto, inter e trans ministerial.

#### **A educação e a reforma do ensino médio**

155. Com relação à educação, a prioridade imediata é a revogação da lei da reforma do ensino médio e a construção de um projeto de educação que garanta a democratização e o acesso ao conhecimento para nossa juventude. Junto com a privatização que está ocorrendo no setor vem se dando uma acelerada precarização das condições de trabalho e da qualidade do ensino, bem como o desmonte de sistemas educativos, agravando o quadro, temos a intensa plataformização, com visíveis prejuízos na qualidade do ensino, e um pesado autoritarismo na imposição de conteúdos e práticas docentes, além de retrocesso brutal na gestão democrática das escolas públicas. Deposições sumárias de direções que não cumpram as “metas” impostas pelos governos estaduais são cada vez mais frequentes, situação em que os resultados a serem alcançados ignoram os contextos socioeconômicos dos estudantes. A compra de plataformas feitas em outros países, também contribui para uma progressiva perda de identidade nacional, num país com uma rica diversidade que o NEM – Novo Ensino Médio - pretende homogeneizar e pasteurizar. Não podemos aceitar a justificativa de reformulação do Ensino Médio pela alegada “necessidade” de elevar o desempenho nas avaliações em larga escala quando as finalidades do Ensino Médio estão ancoradas na necessidade de assegurar a plena formação científica, cultural e humanística. A reforma nega e impede esses pressupostos. Revogar o NEM é revogar o entulho do golpe de 2016, que veio por imposição de uma Medida Provisória, por um governo que não tinha legitimidade popular, sem qualquer diálogo e ignorando a oposição manifestada por todos os setores da área de educação pública.

156. Tarefa igualmente urgente é a extinção das escolas civis-militares, revogar o decreto nº 10.004 de 2019, a Emenda Constitucional 95 e adotar uma política de financiamento na perspectiva de transformar em realidade a meta 20 do Plano Nacional de Educação que determina a ampliação do investimento público na educação pública em no mínimo, 10% do PIB até o final do decênio, ou seja 2024. Continuaremos a luta para garantir a autonomia docente e o respeito à diversidade regional, suas culturas e realidades, através da revogação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, instrumento de padronização do currículo. Devemos avançar nas metas do PNE - Plano Nacional de Educação, em especial nas que tratam da garantia do direito ao acesso e permanência na escola de forma universal, recompor o FNE - Fórum Nacional de Educação - com o retorno de todas as organizações sociais que foram afastadas por decreto pelo governo golpista de Michel Temer e que foi mantido pelo governo genocida de Bolsonaro. A CUT defende a convocação em 2023 da Conferência Nacional de Educação com ampla participação social e da comunidade escolar para que sejam construídas coletivamente as bases do Plano Nacional.

157. Também será fundamental avançar na política de Valorização dos Profissionais da Educação com ingresso por concurso público, Piso Salarial Profissional Nacional atualizado anualmente, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade. Aprovar e sancionar o Projeto de Lei que estabelece Diretrizes Nacionais de Carreira, juntamente com a defesa de uma Gestão Democrática na construção de educação emancipatória e crítica para formação integral dos estudantes. Avançar ainda no fortalecimento de políticas inclusivas de estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, cotas raciais, plano nacional de Assistência Estudantil, e fortalecimento da EJA.

#### **Políticas para a juventude**

158. O desemprego, a informalidade, os trabalhos intermediados por plataformas digitais, pejotizados

ou empregados através de contratos atípicos e precarizados estão fortemente presentes entre a juventude brasileira, em especial a juventude negra.

159. A juventude tem sido fortemente influenciada pela ideologia do empreendedorismo. A perniciosidade desse mecanismo de inserção da juventude no trabalho precarizado, marcado por um individualismo está na ausência de direitos, na baixa remuneração, nos riscos de acidentes, em problemas de saúde, segurança e jornadas de trabalho extenuantes. A absorção da ideologia neoliberal do individualista empreendedor dificulta o reconhecimento, a identificação e o sentimento de pertencimento destes trabalhadores e trabalhadoras com a classe trabalhadora. Em decorrência, os afastam da organização sindical.

160. As lutas em defesa dos direitos da juventude devem ser acompanhadas de mudanças na cultura e formas de ação dos próprios sindicatos, que devem promover ajustes em suas práticas, visando torná-las mais atrativas para a juventude e absorvendo-as em suas direções, como forma de articular inovação e renovação.

#### **Ampliar os direitos humanos**

161. Desmontar o ataque efetuado aos direitos humanos e ambientais fundamentais como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança deverá ser uma tarefa prioritária do sindicalismo combativo da CUT. Estancar a escalada de violência contra indígenas, rurais e quilombolas, mulheres, o feminicídio, a violência política, o racismo, a perseguição aos LGBTI+, o ataque aos direitos das pessoas com deficiência como também o armamento da população e a violência policial, especialmente nas periferias, atacando a população negra, especialmente os jovens será parte essencial da estratégia da CUT no próximo período.

162. Promover campanha pela aprovação do Projeto de Lei 572/2022, que cria o marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema, por meio de audiências públicas nos estados e mobilizando as Estaduais da CUT, sindicatos e organizações do campo popular é uma das ações prioritárias.

163. Ampliar a participação da CUT, em todos os âmbitos, na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), no Conselho Nacional de Direitos Humanos e no Conselho Nacional da Criança e Adolescente – CONANDA e no Conselho Nacional da pessoa com deficiência – CONADE, no Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, no ConCidades -Conselho Nacional das Cidades, no Conselho Nacional LGBTQIA+, no Conselho Nacional de Migrações, serão fundamentais para quebrar esse ciclo de destruição.

#### **PCDs na estratégia organizativa da CUT**

164. A garantia legal de acesso das PCDs – Pessoas com Deficiência - aos direitos no Brasil teve início com a CF de 1988, com a Lei 8213/91, conhecida como Lei de Cotas, com a ratificação como emenda constitucional da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência em 2009 e a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Mas ainda há muita luta a fazer para que estes marcos legais se tornem realidade. Durante os governos Lula e Dilma a concretização destes direitos avançaram bastante, entretanto desde o golpe de 2016, os retrocessos atingiram de forma violenta as Pcds. Na pandemia, as demissões no segmento foram 15 vezes maiores, o cumprimento da Lei de Cotas que pouco avançou desde a sua regulamentação, retrocedeu ainda mais.

165. Garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência inclui a garantia da acessibilidade nos locais de trabalho, formação profissional, igualdade salarial para a mesma função, segurança, sindicalização, progressão funcional, preservação de emprego, habilitação e reabilitação pro-

fissional, proteção contra o trabalho forçado, entre outras. A CUT, para defender esses direitos, deve incentivar as Estaduais a organizar Coletivos de TcDs, participar dos Conselhos em âmbito estadual e municipal, bem propor que as entidades sindicais passem a identificar e quantificar, no âmbito das empresas e do setor público para o cumprimento da Lei de Cotas, propor cláusulas nas convenções e acordos coletivos, além de promover processos formativos de combate à visão assistencialista e capacitista.

#### **A organização dos/as trabalhadores LGBTQIA+**

166. O avanço da atuação da CUT na organização dos(as) trabalhadores(a)s LGBTQIA+ é resultado de uma luta que contou com muitas mãos e muitas vozes desde a década de 1990. No entanto, após o golpe de 2016 e com o fortalecimento das forças conservadoras e de extrema direita, o aumento das violências, das discriminações e dos preconceitos contra essas pessoas fizeram com que, desde 2018, a CUT venha investindo na organização sindical deste segmento e organizado a sua atuação junto aos movimentos populares LGBTQIA+ em âmbito nacional. A situação de violência no país é tão grave, que em 2019 o STF equiparou os crimes motivados pela LGTBTFOBIA aos crimes raciais.

167. Desde 2018 foram realizados 4 encontros nacionais, com pauta, planejamento e ações coordenadas e resultaram na construção de coletivos em 7 estados, no entanto é preciso ampliar a organização deste segmento, cuja contribuição é fundamental para a construção da democracia e respeito aos direitos humanos. É preciso que as Estaduais da CUT organizem os Coletivos LGBTQIA+, proponham cláusulas para combater a discriminação e o assédio nas convenções e acordos coletivos, além de promover formação para combate à visão preconceituosa, machista e discriminatória.

### **Eixo 3. Intervenção da CUT na reconstrução do desenvolvimento econômico sustentável e combate à desigualdade**

#### **Desenvolvimento sustentável e inclusão**

168. Assegurar a centralidade do trabalho no projeto de desenvolvimento continua sendo o objetivo a ser perseguido pela CUT. Isso significa, sobretudo, melhorar as condições e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras numa economia em processo virtuoso de crescimento. A herança deixada por Bolsonaro, no entanto, foi de destruição das políticas públicas, de entrega a preço vil do patrimônio público, da submissão aos interesses do mercado, particularmente aos setores rentistas, de devastação do meio ambiente e de precarização do trabalho. O desafio do governo Lula é de reconstruir o país, assegurando as bases para um novo ciclo de desenvolvimento sustentável de longa duração.

169. Além de desatar os nós deixados pelo governo anterior e que impedem a retomada do crescimento, como a política monetária implementada pelo Banco Central com metas inexecutáveis de inflação e taxas exorbitantes de juros, desafios imediatos do governo Lula, a CUT defende uma política econômica em que a proteção social não fique refém da responsabilidade fiscal e a dinâmica do desenvolvimento seja sustentada por uma política fiscal progressiva, que tribute mais os mais ricos.

170. A inovação tecnológica e a agregação de valor em todas as cadeias e estruturas produtivas devem vir articuladas com investimentos em infraestrutura econômica e social, em setores estratégicos vinculados à uma economia de baixo carbono, comprometida com a sustentabilidade ambiental. Esse modelo, para ser virtuoso, deve ser sustentado por sistemas de relações de trabalho, sindical e de proteção social e previdenciário conectados com as transformações no mundo do trabalho e capazes de regular a forma de produzir e de distribuir os resultados do trabalho.

171. Com o objetivo de criar as condições para que as demandas de políticas públicas estejam alinhadas com todo o esforço para reconstruir e transformar o Brasil é imprescindível que a CUT atue com vigor na defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável em que o trabalho decente tenha centralidade, com a reconstrução das condições sociais e econômicas da classe trabalhadora, salário-mínimo valorizado, reforma tributária progressiva, que promova a distribuição da riqueza, a democracia participativa, a igualdade e equidade de gêneros, a plena participação da juventude, a proteção e inclusão social de todos e todas, a justiça ambiental e a transição justa, e um movimento sindical fortalecido; isto é, que integra as dimensões política, econômica, social e ambiental. Que organiza um Estado para a sociedade e o meio ambiente, regenerando sua capacidade de controlar e regular o mercado para satisfazer as necessidades sociais atuais e zelar pelas necessidades das futuras gerações. Essa concepção e modelo defendido incorpora também a visão do desenvolvimento regional em suas múltiplas dimensões.

172. Para a CUT, o Estado deve promover políticas que fortaleçam valores e princípios que contestem o ideário neoliberal e induzam investimentos produtivos, com a plena retomada das atividades econômicas, mantendo empresas estratégicas sob controle estatal; deve promover a reindustrialização e um efetivo apoio aos pequenos negócios urbanos e rurais, processos acompanhados de iniciativas ambientalmente sustentáveis, da valorização do conteúdo local, da geração de empregos e oportunidades de trabalho, do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionado a segurança e soberania alimentar, a busca da inovação e o enfrentamento das mudanças climáticas.

173. A proteção do meio ambiente e a reversão das medidas devastadoras dos últimos anos é parte desse processo. Denunciar e combater a destruição promovida por atividades extrativistas e exploradoras da vida e da natureza que seguem lógicas neoliberais devem ser articulados com a promoção de um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável com geração de emprego, promoção do trabalho decente, da socio bioeconomia e da transição justa em todos os territórios, destacadamente na Amazônia.

174. Assim, a CUT continuará defendendo e apoiando iniciativas do governo que visam a retomada do crescimento, o fortalecimento da indústria, o investimento em ciência, tecnologia e a promoção de uma transição energética justa como fatores de dinamização e de sustentação desse novo ciclo de desenvolvimento.

#### **Reforma tributária**

175. A reforma tributária é estratégica para viabilizar a capacidade do Estado de conduzir o desenvolvimento inclusivo, destacadamente a tributação da riqueza, das grandes fortunas, dos lucros e dividendos. Uma reforma tributária justa, progressiva e solidária é fundamental para que o Estado brasileiro possa exercer seu protagonismo na reconstrução do Brasil, reunindo recursos para manter os programas sociais e a proteção social, investir mais e melhor na educação, na saúde e em ciência e tecnologia, na recuperação e retomada das obras paradas, fazer investimentos na construção civil, na construção de moradias populares, iniciativas que devem estar articuladas com a geração de emprego e oportunidades de trabalho e renda.

176. Defendemos uma reforma tributária que proporcione “justiça fiscal”, onde os que possuem mais paguem mais. O sistema tributário brasileiro, ao contrário da experiência internacional, tributa proporcionalmente muito mais os pobres que os mais ricos, ao privilegiar impostos sobre consumo em detrimento de impostos sobre renda e principalmente sobre patrimônio, ou seja, enquanto um assalariado é descontado “na fonte”, sócios e acionistas das empresas recebem lucros e dividendos isentos do Imposto de Renda. É necessário, portanto, uma estratégia que possibilite o diálogo com a nossa base e a sociedade e a disputa de que tipo de sociedade e benefícios queremos, quem e quanto cada um deve contribuir.

### **Indústria fortalecida**

177. Na 16ª Plenária Nacional da CUT, aprovamos que “o Estado brasileiro retome as políticas, programas e ações dirigidas ao setor produtivo nacional para superar a desindustrialização e reprimarização da indústria e que essas medidas estejam subordinadas às necessidades de superação de demandas econômicas, sociais e tecnológicas, com foco na distribuição de renda e a oferta adequada de infraestrutura, de bens básicos e de bens coletivos, além de colaborar com as estratégias de desenvolvimento e soberania nacional”.

178. É nesse contexto que se insere a reindustrialização do Brasil. Ela deve ser um dos pilares desse projeto de desenvolvimento, superando os entraves dos últimos anos. O país não participou efetivamente da 3ª revolução industrial, uma das causas de nossa desindustrialização, e estamos diante da 4ª revolução industrial ou, como também é denominada, revolução 4.0. Por isso defendemos uma reindustrialização que não será um fim em si mesma, mas fundamentada no atendimento das demandas essenciais da sociedade brasileira - como o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) - a questão ambiental, a mobilidade urbana, a reorganização das cidades, o que chamamos de desenvolvimento em missões, onde a estrutura econômica cresce à serviço da própria sociedade e, especialmente no caso brasileiro, dos mais pobres, baseada em valores sociais, do trabalho decente e do efetivo diálogo social, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras em todos fóruns e conselhos que construirão o novo modelo de desenvolvimento nacional. Essa estratégia de desenvolvimento em missões já foi utilizada na reconstrução europeia no pós-guerra, onde se associou a nova infraestrutura política e econômica ao Estado do Bem-estar Social. Nos dias de hoje, exemplos de missões de caráter global são a despoluição dos oceanos e a preservação das florestas e no Brasil, por possuir diversos biomas como a Amazônia e o Cerrado, a urgência em combater a pobreza deve nortear a aplicação da ideia de missões.

179. Uma indústria sustentável, ambiental e socialmente, orientada pelo trabalho decente, por relações democráticas no ambiente de trabalho, pela valorização da negociação coletiva com respeito à atividade sindical e a livre organização. Uma política industrial no Brasil com coordenação do governo central, envolvendo os parlamentos, governos estaduais, classe trabalhadora, que é a maior interessada nesse projeto de país; além de empresas e representações empresariais. Nesse sentido, a reestruturação das estatais, como a Petrobras, como empresa estratégica para o desenvolvimento de biocombustíveis e pesquisa de energia limpa, e a reestatização do Sistema Eletrobras são essenciais para garantir o desenvolvimento, onde a transição energética, baseada na descarbonização - tendência irreversível - exigirá e exigirá de a CUT fortalecer a luta por uma transição justa.

180. A reindustrialização do Brasil também requer uma política externa ativa para voltar a promover a indústria nacional, tanto em investimentos diretos como nas exportações de manufaturas, com uma política comercial mais efetiva, visando fortalecer o parque industrial brasileiro. E a retomada da política de conteúdo local, nas compras públicas e em obras nacionais, de mobilidade, nos vários segmentos setoriais brasileiros industriais na recomposição da indústria da intermediária, a chamada indústria da indústria, que produz como fornecedora da indústria e ações de transferência tecnológica. E mais, inserir nossa economia com competitividade nas cadeias produtivas mundiais. Pressupõe ainda fortalecer o mercado interno e consolidar a legislação trabalhista e ambiental compatíveis com esse patamar de desenvolvimento sustentável que queremos construir.

181. Nesta perspectiva, a atuação da CUT nas negociações coletivas e a plataforma de reivindicações e políticas públicas que apresenta contribuem para ampliar o mercado nacional de consumo. O mercado que crescerá e se tornará atraente para investimentos estrangeiros, que serão bem-vindos, sejam da Ásia, países Árabes, Europa ou países do Norte. Mas, deles é preciso exigir a valorização do conteúdo

local e a geração de emprego para brasileiros.

182. A defesa da reindustrialização deve se traduzir em melhores empregos e oportunidades de trabalho decente nas áreas de tecnologia e serviços e não em mais desemprego. Portanto, é preciso retomar com força a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, política de requalificação profissional, reconversão industrial, política de salário mínimo, pois fortalecerão nossa concepção de desenvolvimento e garantirão a inclusão de trabalhadoras e trabalhadores.

### **Amazônia**

183. A Amazônia esteve no centro do debate do clima, com críticas contundentes e isolamento internacional do Brasil durante o governo Bolsonaro por causa do crescimento sem precedentes do desmatamento, do desmantelamento da política ambiental, do estímulo à ação predatória de empresas de mineração, madeireiras, grileiros e da agropecuária que invadiram terras indígenas. A escolha de Marina como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima com o compromisso de reverter este quadro reforçou a credibilidade do governo Lula na área.

184. No entanto, o quadro é gravíssimo e precisa ser enfrentado com centralidade no projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil e para a região. O projeto requer a ação do Estado no sentido de reestruturar e reparar políticas ambientais, demarcar terras indígenas e continuar combatendo a grilagem de terra e o garimpo ilegal; requer a proteção de populações ribeirinhas afetadas por barragens, o incentivo a programas de desenvolvimento que assegurem a exploração sustentável dos recursos naturais, combinando o conhecimento tradicional da população local com conhecimento científico, demonstrando que a floresta em pé é mais rentável do que o agronegócio predatório.

185. Da mesma forma, a CUT questiona o uso indiscriminado de agrotóxicos e seus efeitos devastadores sobre o meio ambiente. O governo Bolsonaro praticamente eliminou as barreiras para a produção e uso inescrupuloso e crescente de agrotóxicos proibidos em outros países, colocando em risco a vida dos trabalhadores que aplicam esses insumos, a saúde dos consumidores, comprometendo a qualidade de alimentos, da água e da vida em mananciais e bacias inteiras de rios.

### **Agricultura familiar e reforma agrária**

186. A CUT continuará defendendo o fortalecimento da agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país. É fundamental que os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar sejam apoiados com a oferta de crédito a baixos juros; com a renegociação de dívidas; com a assistência técnica rural, apoio logístico à comercialização; com apoio técnico e financeiro na produção e comercialização. E que sejam estimulados a formarem cooperativas e pequenas agroindústrias, aumentando a oferta de alimentos saudáveis, de qualidade e comercializados a preços justos. Todas estas medidas devem ser acompanhadas de um programa robusto de reforma agrária e medidas de proteção à renda dos trabalhadores assalariados rurais nos períodos de entressafra.

### **Combate às privatizações e defesa das estatais**

187. O combate à privatização implica também em reestruturação das estatais, como a Petrobras, como empresa estratégica, para o desenvolvimento de biocombustíveis e pesquisa de energia limpa; implica também a reestatização do Sistema Eletrobras. São iniciativas essenciais para garantir esse desenvolvimento. A CUT combaterá as imedidas privatistas presentes em diversas áreas como saneamento, energia, transporte, logística e outras.

### **Emprego, renda e proteção social**

188. Como parte e desdobramento políticas de desenvolvimento, a CUT continuará priorizando ações em defesa da ampliação da proteção social, do combate à fome, à pobreza e à precarização do trabalho. Da mesma forma e com igual vigor, deverá continuar demandando do Estado a continuidade da política de valorização do salário-mínimo, o desenvolvimento de políticas de proteção ao emprego, de valorização dos servidores públicos, de geração de empregos de qualidade, de ampliação de moradias para os trabalhadores(as), de mais investimento na rede pública de saúde e de educação, de fortalecimento da agricultura familiar, da proteção do meio ambiente e da transição justa.

189. Fortalecer a política de valorização do salário-mínimo, conquista da CUT e das Centrais em 2004 e desmontada pelo governo Temer e Bolsonaro, é fundamental para possibilitar uma nova dinâmica econômica. Deve ser prioridade do projeto de desenvolvimento nacional pois além de combater a pobreza e distribuir renda, tem grande impacto na economia ao dinamizar o mercado interno. Articulada a outros programas de transferência de renda, contribui para diminuir a desigualdade, especialmente para mulheres e negros(as).

# PLANO DE LUTAS

## 190. Diretrizes Eixo 1

- a) Desenvolver campanha de publicidade para ampliar o apoio da sociedade, do Parlamento e do próprio movimento sindical ao projeto de valorização da negociação e atualização da organização sindical.
- b) Definir com os ramos e sindicatos estratégia para promover processos mais abrangentes de negociação coletiva e iniciativas de agregação sindical que resultem em maior densidade sindical como suporte aos processos negociais.
- c) Promover ação no território com o objetivo de mobilizar setores precarizados da classe trabalhadora e de integrá-los à base de representação sindical.
- d) Definir uma linha de ação estratégica visando pressionar o governo a instituir mesa de negociação para rever a reforma trabalhista e estabelecer um novo marco legal.
- e) Priorizar a abordagem do projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização da organização sindical no Plano Nacional de Formação Sindical da CUT.

## 191. Diretrizes Eixo 2

- a) Ampliar ações de combate à extrema direita por meio da formação e comunicação.
- b) Construir Pauta de Reivindicações e Agenda de Mobilização junto aos poderes para democratização e implementação de políticas públicas para garantia e ampliação de direitos.
- c) Potencializar a defesa da democracia com unidade e mobilização conjunta com movimentos sociais e nos espaços de participação popular.
- d) Fortalecer as ações organizativas e de mobilização em torno das lutas por DH.
- e) Ampliar e fortalecer a luta contra as privatizações.

## 192. Diretrizes Eixo 3

- a) Atualizar a proposta geral da CUT de desenvolvimento sustentável, fomentar o debate em suas instâncias para que sejam ferramentas de diálogo e enfrentamento em todos os espaços articulada à defesa de uma Política Nacional de Transição Justa transversal.
- b) Fortalecer a luta por trabalho e emprego dignos como parte da luta pelo desenvolvimento sustentável.
- c) Potencializar o debate e a elaboração de propostas para uma política industrial integrada com a concepção de desenvolvimento sustentável defendida pela CUT.
- d) Potencializar a luta pela terra, a agricultura familiar, e a segurança alimentar.
- e) Incentivar e divulgar alternativas de produção econômica solidárias.

# CONTRIBUIÇÕES DAS CORRENTES POLÍTICAS AO 14º CONCURTO

## ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Por uma CUT combativa para derrotar o neoliberalismo e o neofascismo!

Os brutais retrocessos impostos à maioria do povo brasileiro entre 2016 a 2022 atingiram todas as esferas da vida da classe trabalhadora e foram acelerados e aprofundados com a pandemia da COVID.

O ajuste fiscal imposto pela EC 95 e demais mecanismos de destruição das políticas sociais, a Lei das Terceirizações que precedeu a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e todos os mecanismos de cerceamento do acesso aos direitos e benefícios previdenciários, cumpriram o papel de espoliar o fundo público transferindo os recursos do estado para o grande capital, além disso rebaixaram o custo do trabalho a patamares aviltantes engordando uma taxa de lucro que só é possível pela intensificação de múltiplos processos de exploração da classe trabalhadora. Chegou a hora de reconstruir o Brasil e caminhar para a sua transformação!

A destruição neoliberal produzida pela aliança de centro direita que deu o golpe de 2016 fermentou o ódio, as violências, o conservadorismo e o ascenso da extrema direita no país. A derrota eleitoral do governo genocida foi possível graças aos setores mais conscientes da nossa classe nas cidades e no campo, aos pobres, ao povo negro, às mulheres.

Estas são as forças sociais capazes de derrotar o neofascismo e o neoliberalismo. Portanto, é preciso o fortalecimento das organizações da classe trabalhadora, do movimento sindical, dos movimentos populares e das lutas pela recuperação e ampliação de direitos, salários e empregos e políticas sociais abrangentes. Mas para isso será preciso vencer os neoliberais dentro e fora do governo Lula.

As forças neoliberais e de direita que compõem e disputam o governo Lula, a chamada Frente Ampla é vista como o único instrumento capaz de derrotar a extrema direita, no entanto, ceder à agenda neoliberal para manter essa frente unida pode produzir efeito contrário e fortalecer a extrema direita e o bolsonarismo.

Temos um governo que está em disputa, e caberá ao movimento sindical e popular atuar para mudar a correlação de forças a favor da classe trabalhadora. Devemos apoiar as medidas do governo que devolvem direitos, que combatem as privatizações, mas é preciso disputar os rumos quando prevalecerem preceitos neoliberais que agradam a “Faria Lima” a exemplo do novo arcabouço fiscal que promete muito e entrega pouco para dar conta da retomada das políticas sociais, de infraestrutura e desenvolvimento.

É preciso lutar pela revogação do entulho neoliberal, se a CUT não o fizer, não há chances da classe trabalhadora recuperar seus direitos. A CUT deve lutar pela revogação da Reforma trabalhista, da Reforma da Previdência e do Ensino Médio, por uma política econômica e fiscal capaz de entregar ao povo o que está no programa que venceu as eleições. É preciso destruir as travas neoliberais que impedem o desenvolvimento soberano e sustentável e o bem-estar social do povo brasileiro.

---

Para continuar sendo instrumento de luta da classe trabalhadora a CUT deve estar na ala esquerda das forças sociais que apoiam o governo LULA, mas para isso é preciso voltar às bases sindicais e tomar a dianteira das lutas e mobilizações de massa nesse próximo período. O governo Lula só avançará se tiver força popular e classe trabalhadora organizada e mobilizada, o que pressupõe manter a nossa autonomia crítica e propositiva como inclusive já orientou o próprio presidente Lula.

Para cumprir seu papel, a CUT deve construir a liderança no movimento sindical a partir sua força nas lutas e nas bases e não com o rebaixamento das pautas no Fórum das Centrais Sindicais para construir frágil unidade e priorizar propostas de fortalecimento da burocracia sindical.

Aos 40 Anos, a CUT deve resgatar o espírito combativo do seu nascedouro, à frente da construção de um grande sujeito social, liderado pelas esquerdas, pelos movimentos populares, pelo movimento sindical classista, que seja capaz de acolher e unificar trabalhadores e trabalhadoras na sua diversidade, reconquistando a maioria da nossa classe para as posições democráticas, populares e socialistas para derrotar o neoliberalismo e o neofascismo.

Jandyra Uehara (SP executiva nacional), (Ismael César (DF executiva nacional), Ivonete Alves (SE executiva nacional), Roberto Santos (presidente CUT Sergipe), Eliane Bandeira (presidenta CUT RN), Rômulo Arnaud (RN direção nacional), Maria Moura (SE, direção nacional).

## CIL – CUT INDEPENDENTE E DE LUTA

Em defesa da CUT Independente e de Luta

Quais devem ser as prioridades da CUT neste ano em que completamos 40 anos de vida?

No plano internacional, marcado pela crise do capitalismo e pelas consequências da guerra na Ucrânia, a CUT deve prolongar a posição de “Não à Guerra!” que assumiu no início do conflito, pois ela não interessa aos trabalhadores e povos de todo o mundo. Na nossa região, a América Latina, a CUT deve estreitar os laços de solidariedade com a luta dos povos contra a histórica dominação do imperialismo dos EUA, em particular com os povos do Peru e Haiti que enfrentam situações dramáticas.

No plano nacional, após a histórica vitória eleitoral de Lula contra Bolsonaro, para a qual a militância da CUT contribuiu, trata-se de reconstruir uma nação soberana. A CUT, como central sindical, participa desse processo levantando as reivindicações concretas da classe trabalhadora, diante de um governo de coalizão que abriga interesses contraditórios, com toda a independência. Dentre as principais reivindicações destacamos:

- revogação das reformas trabalhista e previdenciária, recuperação de todos os direitos roubados nos governos Temer e Bolsonaro, sem submetê-los a negociação com os patrões, “direitos se defendem, não se negociam”; luta pelo fim do trabalho análogo ao escravo com punição exemplar aos responsáveis, pelo fim da terceirização ilimitada;

- revogação do Novo Ensino Médio e apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do MST e demais movimentos populares;

- política de valorização do salário mínimo, sem “âncora fiscal”; luta por aumento geral de salários; fim da autonomia do Banco Central (taxa de juros);

- reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Metrô BH), defesa do patrimônio público contra as privatizações nos estados e municípios;

Para impulsionar essas e outras lutas concretas a CUT deve sim promover a unidade de ação com os movimentos populares (frentes) e com outras centrais sindicais. Mas isso não pode significar a submissão da CUT, como vem ocorrendo, a um Fórum das Centrais de caráter permanente, que se comporta como “direção” acima das próprias instâncias da CUT, com base em acordos de cúpula. É preciso rever essa prática que confunde a CUT com as centrais pelegas e prejudica seu protagonismo na ação sindical.

#### Retomar as melhores tradições da CUT

Para ocupar o seu papel na luta da classe trabalhadora brasileira a CUT deve retomar as suas melhores tradições de combatividade, trabalho de base e construção de um sindicalismo independente que marcaram a sua origem há 40 anos.

A CUT nasceu da luta por Liberdade e Autonomia Sindical contra a ditadura militar, em ruptura com o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e o “peleguismo”. Os estatutos de nossa central estabelecem, no seu ponto 4º, que ela:

“a) defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as;

d) considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional;”

Consideramos esses princípios de total atualidade, devendo orientar o processo de autorregulação no interior de nossa central, com o objetivo de fortalecer a organização nos locais de trabalho e os sindicatos de base. Processo de autorregulação da CUT que promova a democracia sindical e supere a fragmentação artificial de pequenos sindicatos “por categoria” derivada do modelo baseado na “unicidade”. Um processo que deve ser feito sem qualquer ingerência externa do governo, dos patrões e de outras centrais sindicais, as quais tem concepções e métodos distintos dos que originaram a CUT e a fizeram a maior central sindical do Brasil e uma das maiores do mundo.

#### Viva os 40 anos da Central Única dos Trabalhadores!

João Batista Gomes e Marize de Carvalho, executiva nacional

Renê Munaro (SC), Cleusa Cassiano (DF), Juliana Salles e Clea (MG), direção nacional

## CONTRIBUIÇÃO DA SEÇÃO SINDICAL DA EPS AO 14º CONCURTO

A Coordenação Sindical da Esquerda Popular Socialista do PT, frente à proposta nacional de “texto base”, apresenta ao 14º Concurto - 40 anos (Luta, Direito e Democracia que transformam vidas!) algumas considerações:

O esforço de síntese para a redação do citado “texto base” foi exitoso na construção dos três eixos que articulam as propostas de ação. Contudo, é possível aprimorá-lo com emendas, sem lhe retirar o sentido geral. Destacamos aqui a necessidade de se qualificar o advento da extrema-direita contemporânea. Distinta das extremas-direitas dos séculos XIX e XX, que combinavam conservadorismo com agendas nacionalistas e estatistas, a atual mantém esse conservadorismo, ao mesmo tempo que adota as pautas hiper liberais e a fragilização da soberania das nações e dos Estados nacionais. Tal avaliação não torna as predecessoras da atual extrema-direita “melhores” do que esta de agora. Mas essa distinção serve para buscarmos armas políticas originais frente ao novo fenômeno.

Importante no texto-base é o reconhecimento de avanços estratégicos do governo Lula, mesmo diante de uma base de sustentação (não só parlamentar) eclética. Reconhecer tais avanços não enfraquecem caráter de instância orgânica e politicamente autônoma frente a governos que deve ter a CUT. Isso deveria ser enfatizado.

Os eixos 2 e 3 são ousados: as classes que vivem do trabalho querem mais do que reivindicar este ou aquele direito trabalhista, previdenciário ou social. Esses dois eixos indicam que queremos afirmar um projeto de Nação, de Estado, de Economia, de Cultura, de Socialidade que garanta uma distribuição mais equilibrada da riqueza nacional. Riqueza esta que é – principalmente – fruto da ação do mundo do trabalho.

Nesse sentido, ao definirmos uma plataforma global de lutas, propomos que seja construída a 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO, que reuniria a representação das categorias sindicais, dos movimentos sociais (em sentido amplo), da intelectualidade democrática, progressista e de esquerda, de trabalhadores autônomos, daqueles reféns de ocupações precárias, de proprietários de pequenos negócios familiares (micro e pequenas empresas: urbanas e rurais) e até setores médios dispostos a cerrar fileiras em defesa de um projeto de soberania e de diminuição expressiva das desigualdades sociais.

Desde os processos preparatórios, até a realização de suas etapas municipais, estaduais e nacionais, essa CONFERÊNCIA NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO também fixaria posicionamentos sobre temas candentes da conjuntura imediata: o acerto de contas com o que resta do Regime de 1964, a abertura do debate sobre outro sentido de “segurança nacional” que interessa à maioria do povo, o aprofundamento de medidas referentes às reparações históricas demandadas pelos “herdeiros” da escravidão mercantil no país, pelos povos originários, pelas mulheres, pela população LGBTQIA+ e demais setores vulnerabilizados da sociedade; soma-se a isso a Auditoria Cidadã da dívida pública, o combate à sonegação de impostos praticada pelos setores do grande capital, a revisão das privatizações que fragilizaram nossa soberania nacional e etc.

A formação de um “bloco histórico” contra hegemônico é a condição para que os temas estruturais que afetam a vida real da maioria do povo sejam enfrentados abertamente. A CUT, centrais aliadas, movimentos sociais diversos e partidos progressistas podem e devem incidir na construção de tal bloco!

Maria de Fátima Veloso, Executiva Nacional e Elida Miranda, CUT Alagoas

## CSD - CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA AO 14º CONGRESSO DA CUT

Por um sindicalismo que promova direitos e democracia com liberdade e autonomia para organização da classe trabalhadora

A vitória de Lula em 2022 foi uma vitória eleitoral contra o neoliberalismo e o fascismo, impulsionada por uma coalizão de forças populares e democráticas, incluído o movimento sindical brasileiro, e reabriu a possibilidade da luta pela transformação socialista e democrática do Brasil.

Esse novo ambiente renova desafios para a CUT. Ao mesmo tempo em que temos Lula, uma liderança comprometida com a democracia e a promoção de direitos, se mantém um Congresso majoritariamente conservador e neoliberal e uma sociedade politicamente polarizada.

Sintetizamos os desafios renovados da CUT na seguinte disjuntiva. De um lado, é preciso avançar na luta pela reversão das reformas neoliberais implementadas nos anos pós golpe de 2016 e pela reparação de seus impactos. Por outro lado, abre-se a possibilidade política e institucional para um projeto de fortalecimento sindical e ampliação da organização da classe trabalhadora voltado à retomada e ampliação de direitos e à valorização do trabalho. É sobre esse projeto que a CUT Socialista e Democrática - CSD, apresenta suas contribuições ao texto base.

**Os desafios do sindicalismo para a sua renovação**

No Brasil, parcela expressiva de trabalhadores sempre esteve privada do conjunto de direitos e proteções sociais, realidade que a “reforma” trabalhista aprofundou. A terceirização, a contratação de PJ, o MEI, os autônomos, e as novas formas de trabalho por meio de plataformas digitais sem regulação pública, os contratos individuais ou fraudulentos onde os direitos passam a ser negociados individualmente, contribuem para esvaziar a função sindical. As transformações no capitalismo e seus impactos sobre a regulação das relações de emprego e a capacidade de os sujeitos coletivos responderem a esse contexto, exigem do movimento sindical capacidade de renovar sua atuação com novas estratégias, colocando-se como uma resposta ao projeto neoliberal.

**Nenhum trabalhador ou trabalhadora sem proteção social**

Transitar de um sistema de seguridade social que avance para uma proteção social universal pressupõe repensar as suas formas de financiamento, no papel do Estado e no desempenho da cobertura, integridade e suficiência. Considerar a questão das políticas de gênero e raça num sistema integrado que considere as necessidades de cuidados decorrentes do envelhecimento, à saúde e à previdência social, demandados no cotidiano doméstico etc.

**Universalizar a negociação coletiva para ampliar direitos**

A negociação coletiva deve incorporar toda a classe trabalhadora inserida em diferentes formas de contratação, aumentando a representatividade sindical, evoluindo da representação de categoria para representação por ramo de atividade e assegurar que todas as formas de contratação estejam cobertas pela negociação coletiva, no setor público e privado, combatendo qualquer prática antissindical. Valorizar a negociação para que prevaleça a norma mais benéfica para os/as trabalhadores/as. No setor público, há que se recuperar o sistema de negociação que foi debatido no Governo Lula com as entidades de servidores públicos e participação das centrais.

### Sindicatos mais transparentes e democráticos

A unificação de sindicatos e ampliação da sua representatividade potencializaria a nossa intervenção na sociedade, democratizando os processos de decisão, fortalecendo as negociações coletivas. Isso reforçaria a importância das estruturas no interior das empresas e os canais permanentes de interlocução com a retomada do debate da OLT em consonância com o fortalecimento dos sindicatos por ramo. Incorporar mecanismos coletivos e de forma permanente que contribuam para a maior democratização dos espaços sindicais; estabelecer metas para que os sindicatos viabilizem formas autônomas de sustentação financeira; de renovação de suas direções por meio da inclusão de cotas para mulheres, jovens e negros/as nas direções; metas de sindicalização; implementar a organização no local de trabalho; criar espaços para a integração dos/as trabalhadores/as por meio de coletivos, secretarias, congressos regulares, são iniciativas que devem ser incorporadas aos estatutos e fazer parte de um modo cutista de organizar a classe.

Sindicatos que representam mais e melhor, sustentados pela soberania de suas bases.

As formas organizativas devem orientar-se pela busca de maior representatividade do conjunto da classe, sem atrelamento ao Estado ou aos patrões. A questão do financiamento, com liberdade e autonomia, resolve-se por esse caminho, com mecanismos de autossustentação. Deve ser capaz de organizar o conjunto da classe trabalhadora, incluindo todos/as que se encontram fora das relações de assalariamento formal, e todos que não estão representados pelo sindicato por ramo de atividade, acolhendo e integrando as novas formas de organização classista.

Integrar as lutas da classe trabalhadora no trabalho e na sociedade.

Os sindicatos devem mapear as potencialidades e articulação com os movimentos sociais, recuperar as experiências das Frentes e estruturá-las nos territórios, mobilizar as ações em torno dos interesses da comunidade; estimular a integração das diversas experiências de organização comunitária, sindical e dos movimentos sociais, potencializar os comitês populares e atuar de forma ativa e organizada nas disputas de políticas públicas.

Essas estratégias necessitam ser alinhadas com as organizações da base CUTista, seus sindicatos, federações e confederações, num processo de amplo debate e incorporação das contribuições dos ramos de forma organizada, expressando a diversidade da classe trabalhadora, suas demandas e formas organizativas.

Por fim, é tarefa urgente agitar a CUT com debates, formulações, sínteses e definições coletivas e democráticas de estratégia sindical e replicar essa dinâmica nas suas bases, buscando superar o contexto de baixa densidade sindical, pouca representatividade e pulverização das organizações da classe trabalhadora e a preparação para o Congresso é uma excelente oportunidade para isso.

Janeslei Albuquerque, Secretária de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais;  
Milton dos Santos Rezende (Miltinho), Secretário Adjunto de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais; Rosana Sousa Fernandes, Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo; Daniel Gaio, Secretário de Meio Ambiente.





Rua Caetano Pinto, 575  
Brás • São Paulo-SP  
CEP 03041-000  
Fone: (0xx11) 2108-9200  
Fax: (0xx11) 2108-9310

[CUT.ORG.BR](http://CUT.ORG.BR)

